

MagisCultura



Revista de cultura e arte dos magistrados mineiros

Mineira

Março de 2011



Neruda, o poeta da política e do amor

A cruz histórica da criança brasileira

Montalvão, um idealista arrojado

E MAIS: Poesia, casos forenses, Abgar Renault

5

SUMÁRIO

LITERATURA

Gótico: o gênero do terror e da morte

Matheus Chaves Jardim

4



POESIA

Tempus Fugit – Vita Manet

João Quintino

7



ENSAIO

Pablo Neruda

A vida, os amores e a tragédia pessoal de um Prêmio Nobel

Gutemberg da Mota e Silva

8



Breve história da criança brasileira: colônia e império

Bruno Terra Dias

16



CONVIDADO ESPECIAL

Abgar Renault, figura solar

Eduardo Almeida Reis

24



Endereço para correspondência:

R. Albita, 194 . Cruzeiro

Belo Horizonte . MG

CEP 30310-160

Tel.: 31 3079-3487

magiscultura@amagis.com.br

www.amagis.com.br

CAPA



Congado

Também chamado de *Congo* ou *Congada*, o Congado é a maior ocorrência folclórica em Minas Gerais, geralmente celebrada entre os meses de agosto e outubro. Manifestação inspirada no Cortejo aos Reis Congos, da África, misturou-se aos hábitos e crenças brasileiras, no período colonial, fazendo a sincronia entre o profano e o religioso: presta homenagens a três devoções negras do Catolicismo – Nossa Senhora do Rosário, São Benedito e Santa Efigênia – e, ao mesmo tempo, representa a coroação do rei do Congo. A festa mistura dança, um cortejo compassado, cavalgadas, levantamento de mastros e música. Seu ponto alto é a coroação do rei do Congo.

Foto: Sérgio Falcí

CAUSOS FORENSES

A partilha

Carlos Alberto Tavares Corrêa Barbosa

26



O artista espanhol

Márcio Aristeu Monteiro de Barros

28



HOMENAGEM

O desembargador do cinema sai de cena

Manoel Marcos Guimarães

31



HISTÓRIA

Antônio Lopo Montalvão, um bandeirante moderno

Luiz Carlos Biasutti

32



ARTIGO

Tomás Antônio Gonzaga

Magistrado, poeta, inconfidente

Marcos Henrique Caldeira Brant

36



EDITORIAL

Densa é a arte

Entretenimento e reflexão estarão sempre entrelaçados nas diversas formas do fazer artístico, ainda que eventualmente um prevaleça sobre a outra e vice-versa. Mesmo quando trata de um tema banal, buscando apenas divertir, um filme, uma peça teatral, um livro ou uma revista poderá sempre provocar uma reflexão, deixar uma semente. Na situação inversa, mesmo o mais denso dos filmes, das peças, dos livros ou das revistas jamais deixará de provocar o prazer, se oferecido um produto de qualidade.

Essa reflexão cabe perfeitamente à presente edição de *MagisCultura*, a quinta, que chega aos leitores com uma temática profunda, intensa, variando da vida trágica das crianças brasileiras durante a colônia e o império ao desterro em terras africanas do magistrado inconfidente Tomás Antonio Gonzaga; ou tratando do terror e da morte na literatura gótica e da vida e da insaciedade amorosa refletida na poesia de Pablo Neruda.

A arte, afinal, é fruto da vida e a vida é mesmo a soma de alegrias e tristezas, o contraste de profundidades e superfícies ou de cortes profundos e tangenciamentos. Se a vida não é homogênea, retilínea, o tempo inteiro, a arte também não o será.

A demonstrar o que dizemos, esta edição de *MagisCultura* nos traz também o lado menos trágico da vida, ao narrar o sabor dos 'causos' e a saga vitoriosa de bandeirantes modernos, por essas Minas afora e por esses Gerais adentro.

Nossa revista, como a vida, pode ser (e é) densa; nunca sombria.

Tenham uma boa leitura.

Bruno Terra Dias
Presidente

MagisCultura

Mineira

Revista de cultura e arte dos magistrados mineiros

ISSN 1984-5081

Amagis - Diretoria Triênio 2010-2012

Presidente: Juiz Bruno Terra Dias

Vice-presidente Administrativo: Desembargador Herbert Carneiro

Vice-presidente Financeiro: Desembargador Luiz Audebert Delage Filho

Vice-presidente de Saúde: Juiz Luiz Carlos Rezende e Santos

Vice-presidente do Interior: Juiz Antônio Carlos Parreira

Vice-presidente Sociocultural-Esportivo: Juiz Maurício Torres Soares

Vice-presidente dos Aposentados e Pensionistas: Desembargador Tibagy Salles Oliveira

Diretora-secretária: Juíza Maria Luíza Santana Assunção

Subdiretora-secretária: Juíza Ivone Campos Guillarducci Cerqueira

Diretora de Comunicação: Juíza Rosimere das Graças do Couto

Diretora do Centro de Estudos da Magistratura: Desembargadora Jane Ribeiro Silva

Vice-diretor do Centro de Estudos da Magistratura: Juiz Luiz Guilherme Marques

Diretores Culturais: Desembargador Guilherme Luciano Baeta Nunes, Juíza Mariângela Meyer Pires Faleiro e Juiz Mauro Simonassi

Conselho Deliberativo: Desembargador José Nepomuceno Silva (presidente), Juiz José Aluísio Neves da Silva (vice-presidente) e Juiz Michel Curi e Silva (secretário)

Assessores Especiais da Presidência: Juiz Nelson Missias de Moraes, Juiz Lailson Braga Baeta Neves, Desembargador Doorgal Gustavo Borges de Andrada, Desembargador Tiago Pinto, Desembargador Reynaldo Ximenes Carneiro, Desembargador Márcio Aristeu Monteiro de Barros e Ministro Paulo Geraldo de Oliveira Medina

Assessor de Comunicação: Bruno Gontijo (MTb - MG 11008)

• **Conselho Editorial:** Juiz Maurício Torres Soares (presidente), Desembargador Célio César Paduani, Juiz Daniel César Botto Collaço, Desembargador João Quintino Silva, Desembargador Luiz Carlos Biasutti, Juiz Renato César Jardim, Jornalista e escritor Carlos Herculanô

Diretor da Revista: Juiz Renato César Jardim

Editor Responsável: Jornalista Manoel Marcos Guimarães (JP 1587/MG)

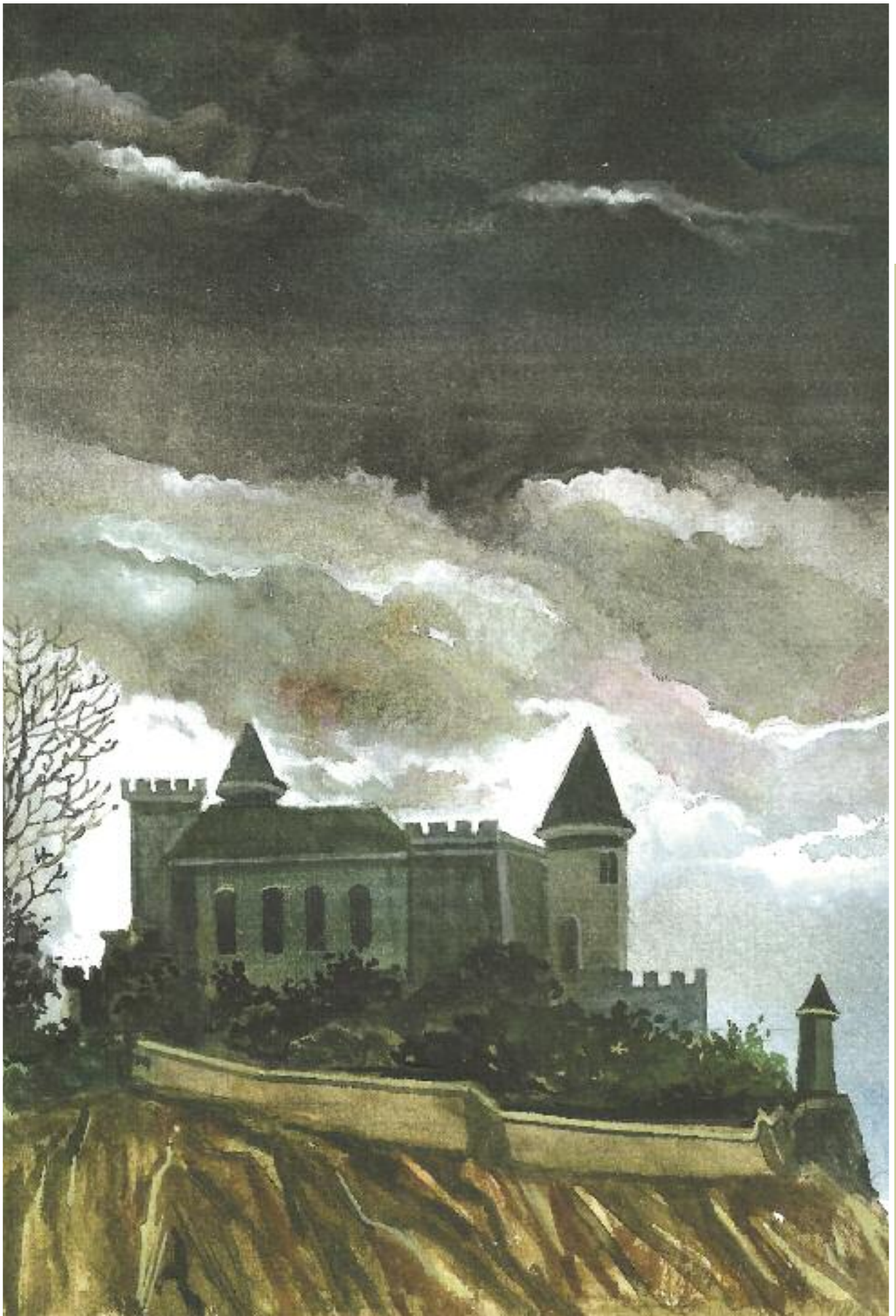
Proj. gráfico e editoração eletrônica: Rachel G. Magalhães (www.comunicatio.com.br)

Ilustrações: Sandra Bianchi

Impressão: Rede Editora Gráfica

Tiragem: 2.500 exemplares

• **Envio de textos para publicação:** leia normas na terceira capa



Gótico: o gênero do terror e da morte

Matheus Chaves Jardim
Desembargador do TJMG

Ao inglês Horace Walpole atribuiu-se a autoria da primeira obra a caracterizar o gênero literário definido como “gótico”, cujo surgimento, na metade final do século XVIII, viria expressar o extravasamento das emoções humanas face à inexorabilidade da morte, tema obscurecido pelo pensamento cartesiano racionalista, característico da denominada cultura iluminista. O cenário labiríntico de castelos medievais, por cujos aposentos registravam-se castigos cruéis e se engendravam mortes pavorosas, constitui o palco teatral do gênero literário destinado a infundir o medo e a apreensão ao público leitor daqueles tempos.

A psicologia do terror, aliada ao imaginário sobrenatural, compõem a estrutura do romance gótico, conferindo à narrativa reflexões religiosas e estéticas, sempre tendentes a desafiar a razão em face de determinado acontecimento insólito a conduzir o leitor a atmosfera prazerosa de pânico.

Em *O Castelo de Otranto*, publicado em 1784, relata-nos Walpole a história do inescrupuloso príncipe Manfredo, cuja obsessão em desposar a jovem esposa de seu filho Conrado, morto misteriosamente no dia de núpcias, leva-o ao assassinato da esposa Hipólita. A obstinação da personagem em fundar nova linhagem decorre de terrível profecia a se abater sobre sua dinastia, mas a resistência da noiva enviuvada em aquiescer aos cortejos do príncipe, adicionada a tenebrosas aparições fantasmáticas, infundem-lhe profundo e insidioso arrependimento, que o leva aos recônditos de lúgubre mosteiro, em cujo interior vivenciaria o resto de sua existência em infundáveis penitências.

Em 1794, a escritora britânica Ann Radcliffe fizera publicar o romance *Udolfo*, no qual descrevera as desventuras vivenciadas pela personagem Emily, confinada em portentoso castelo erguido nos Montes Apeninos, para o qual fora enviada após a morte dos pais. O proprietário da fortaleza, o ardiloso fidalgo Montoni, inflige terríveis ameaças à heroína, a conduzirem-na a penoso processo de enervamento, só arrefecido pela oportuna interferência de seu bem-amado Valancourt, a quem coube arrebatá-la do castelo em meio a aparições espectrais da finada cortesã, sordidamente assassinada pelo cruel esposo. Além do prestigioso Udolfo, Radcliffe escrevera outros cinco romances góticos, todos a instaurarem novos padrões à atmosfera macabra: *Os Castelos de Athlin e de Dunbayne* (1789), *Um Romance Siciliano* (1790), *O Romance da Floresta* (1792), *O Italiano* (1797) e *Gaston de Blondville* (1802).

O prefácio da obra editada no Brasil em 1994 (*O Castelo de Otranto* / Horace Walpole; tradução de Alberto Alexandre Martins - São Paulo, Nova Alexandria) noticia haver sido descoberto o romance em biblioteca pertencente a antiga família católica inglesa, sendo impresso pela primeira vez em Nápoles, em letras góticas, no ano de 1529.

Em *O Monge*, editado em 1786, relata-nos Carrol Lewis a história do religioso espanhol Ambrosio, levado à perdição pelas incessantes tentações da jovem Matilda, cujos poderes maléficos conduziram-no aos mais nefandos extremos da maldade. Condenado à fogueira pelo Tribunal da Inquisição, o monge, já desesperançoso quanto à possibilidade de salvação da própria alma, decide vendê-la ao demônio, sendo desta forma transportado aos meandros de infernal abismo, penitenciando-se eternamente pela celebração da sórdida barganha. A obra, de inigualável popularidade em toda a Europa, rendera ao autor o epíteto “Monge Lewis”, sendo adaptada ao cinema por Luis Buñuel em 1967 (*Le Moine*, Tritone Cinematográfica / Studio Films).

Também o clérigo irlandês Charles Robert Maturin se inspirara em pacto demoníaco ao editar a obra-prima *Melmoth, O Vagabundo* (1807), consistindo o ajuste, desta feita, no prolongamento preter natural da vida em troca do resgate da alma pelo diabo. Ao jovial contratante fora franqueada a oportunidade de forrar-se da obrigação, incumbindo-se-lhe encontrar, durante o curso de sua longeva existência, outra personagem disposta a assumir o pacto. Por mais persistentemente que assedie aqueles tomados pelo desespero e o desvario – inebriantes interiores de masmorras e hospícios permeiam a narrativa –, o intento não se faz alcançado pelo maltrapilho Melmoth, cujo corpo fora arrastado à força para as profundezas do oceano após um século e meio de tormentosa existência.

Talvez o romance *Frankenstein - O Moderno Prometeu*, escrito por Mary Shelley em 1817 e levado à tela pela primeira vez em 1910, em curiosíssima produção de Thomas Edson, se destaque como a mais famosa obra do gênero, já se fazendo presente no imaginário popular a imagem do eminente médico suíço Víctor, obstinado em sua insana procura por fragmentos de corpos humanos necessários à criação de ente dotado de perfeita inteligência. A amargura e a violência da criatura, tão logo constatada sua própria repulsividade, levam-na a assassinar os queridos entes de seu criador, não sem antes obrigá-lo a conceber-lhe companhia formada pelos mesmos ignominiosos detritos humanos. Ao apresentar ao público o olhar descorado da criatura, visualizada à penumbra, atesta-nos a autora londrina a estupefação de pavor experimentada pelo cientista: “se é que podiam ser chamados olhos”, diz-nos Mary Shelley.

Em *O Morro dos Ventos Uivantes* (*Wuthering Heights*), de 1897, Emilie Bronte toma por cenário as charnecas desoladas e tempestuosas de Yorkshire, norte da Inglaterra, centralizando a narrativa nas ações da personagem Heathcliff, trazido ao seio da família Earnshaw na condição de órfão. A paixão nutrida pelo jovem a Catherine Earnshaw transcende as raias do amor humano; sobrevindo a morte da amada, por duas vezes violara-

lhe o túmulo, sendo perseguido por presença impalpável do espírito da falecida durante a trama. No paroxismo da cólera, intenta Heathcliff destruir todos os membros da família a impedirem a aproximação do casal. Em seu leito de morte, estampa-se no rosto enrijecido estarecedor sorriso, sendo, ao final, enterrado ao lado do jazigo que rondara durante 18 anos para, enfim, ser visto em companhia de Catherine, de mãos dadas, a passear pelo cemitério da igreja e pelas colinas verdejantes adjacentes à fazenda Trush Cross. A obra, diversas vezes levada às telas, fez-se mundialmente conhecida pelas mãos do diretor William Wylller, em 1939.

O estranho caso do dr. Jekyll e do sr. Hide, escrito em 1886 pelo romancista escocês Robert Louis Stevenson, explora a dualidade da personalidade humana, ao narrar a história do advogado Utterson, empenhado em desvendar a autoria de uma série de assassinatos ocorridos na capital inglesa no final do século XIX. O eminente dr. Jeckyll, alheio aos riscos de seus experimentos químicos, metamorfoseia-se em indivíduo desvalido de quaisquer limitações éticas ou morais, vendo-se compelido à prática dos mais aberrantes delitos a chocarem a sociedade vitoriana. Ao assimilar a extensão da tragédia a lhe atormentar o espírito, elucida Jekyll as razões de tamanha desventura:

Quando jovem era um tipo turbulento; falamos de muito tempo atrás, mas a lei divina não conhece a prescrição. Pois deve ser isso mesmo: o espectro de alguma culpa passada, o câncer de alguma vergonha secreta; mas lá vem a punição, claudicante mas inevitável, depois que a memória já tinha esquecido e o amor próprio perdoado a falha.

Em 1887 Guy de Maupassant edita em Paris o seu mais famoso conto terrorífico, relatando a chegada à França de ser invisível, de origem extraterrena, enviado com o propósito de subjugar toda a espécie humana, mediante o domínio mental da população indefesa. O *Horla* exerce maligna influência sobre o narrador, fazendo-o febril e continuamente triste a cada aproximação, tornando-lhe agônicas as intermináveis noites insones a se desenrolarem no período de 11 de maio a 10 de setembro. Em meio a intrigantes pesadelos noturnos, percebe o narrador o inexplicável esvaziamento da água contida em copo deixado ao lado de sua cama, fenômeno atribuído, a princípio, ao próprio sonambulismo. Todavia, todos os recursos possíveis empreendidos à guisa de preservação do líquido afiguram-se inócuos, conscientizando-se o narrador, enfim, do crescente estado de loucura ao qual se vê desesperadamente submetido. A intenção suicida exposta ao final da obra evoca as tentativas de autoexterminio engendradas pelo autor, originadas de perturbações causadas pela sífilis, sobrevivendo-lhe a morte, em manicômio, aos 43 anos de idade.

Poe, o maior de todos

Edgar Allan Poe figura como o **mais importante autor da literatura gótica**, extraindo-se de seus espectros teor de malignidade jamais encontrado em qualquer de seus predecessores. Os estudos da mente abordados sob a ótica cientificista dão relevo à morbidez, à perversão e à degenerescência, sendo-lhe propiciada a incursão às verdadeiras fontes do terror mediante conhecimento analítico da psique humana.

As obras de Poe foram adaptadas ao cinema na década de

1960 pelo famoso diretor Roger Corman, invariavelmente tendo a participação dos atores Vincent Price e Peter Lorre.

Howard Phillips Lovecraft, o mais importante dos sobrenaturalistas norte-americanos, dá-nos a exata dimensão da densidade dramática a permear a obra de Poe, alçando-o ao patamar de mais notável escritor da moderna história da literatura de horror:

“Antes de Poe, a maioria dos autores de terror trabalhava sempre no escuro, sem a compreensão da base psicológica da sedução do horror, e tolhidos em maior ou menor grau pela conformidade a certas conveniências literárias fúteis, como o final feliz, a virtude premiada e, em geral, um didatismo moral oco, aceitação de padrões e valores populares e empenho do autor em inserir suas próprias emoções na história e em tomar partido em favor dos defensores das idéias artificiais da maioria.” (O Horror Sobrenatural na Literatura, traduzido por João Guilherme Linke, Francisco Alves, 1987)

O gótico brasileiro

No Brasil, Álvares de Azevedo destacou-se como o precursor da literatura gótica. De sua compilação de contos *Noite na Taverna*, postumamente publicado no ano de 1855, destacam-se alusões fantasmiais a evocarem a angústia existencial do século XIX e extraem-se da obra traços de ceticismo, morbidez e pressentimentos da morte. Postados de forma soturna à mesa de bar, cinco jovens, consumidos pelos vapores de vinho e fumaça, passam a relatar as mais horripilantes experiências vivenciadas durante sua breve trajetória de vida. Considerado pela crítica o “Byron brasileiro”, integrara Álvares de Azevedo a famosa sociedade Epicuréia, cujo objetivo era a busca obstinada ao prazer, promovida através de festins devassos e demoníacos.

Morto aos 20 anos por acometimentos derivados da tuberculose, fizera publicar o autor, ainda, as obras *O Poema do Frade* e *Macário*, drama teatralizado a exteriorizar o seguinte impagável diálogo estabelecido entre Satã e o protagonista:

“Macário: Por acaso há mulheres ali?”

Satã: Mulheres, padres, soldados e estudantes. As mulheres são mulheres, os padres são soldados, os soldados são padres e os estudantes são estudantes. Para falar mais claro: as mulheres são lascivas, os padres dissolutos, os soldados ébrios, os estudantes vadios. Isto salvo honrosas exceções, por exemplo, de amanhã em diante, tu.”

(Macário e Noite na Taverna, Editora Saraiva, 1985).

No conto *The Facts in the Case of Mr. Valdemar*, de 1845, explora o autor os recônditos da alma ao descrever as aflições do personagem, mantido consciente sob o poder do mesmerismo durante seis meses após a atestação da morte, emitindo sons desesperados instantes antes da quebra do hipnotismo a transformá-lo “em massa quase líquida e putrescente”.

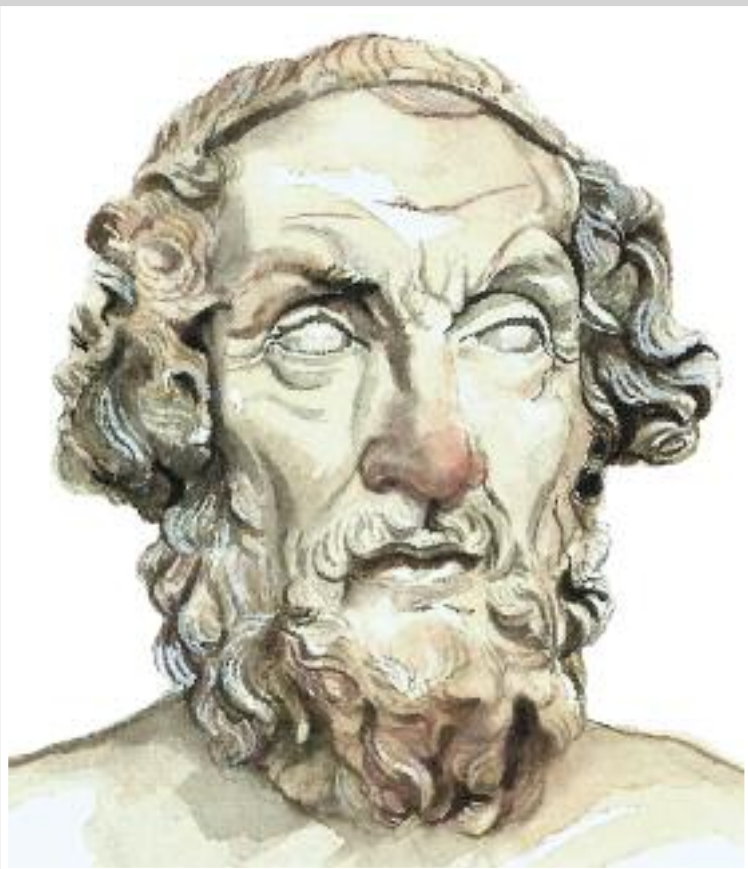
Em *A Queda da Casa dos Usher*, escrito em 1839, dois irmãos gêmeos e compartilham, em uma antiquíssima mansão, uma única alma, cuja destruição advém do desabamento da velha construção.

Em *A Máscara da Morte Rubra*, de 1842, descreve Poe a segregação de abastados per-sonagens no interior de imponente castelo, como forma de refúgio à contaminação da va-riola a se abater sobre os desafortunados aldeões; a mando do príncipe Próspero, organiza-se suntuoso baile de máscaras nos salões palacianos, dos quais emerge a morte rubra, infundindo pestilência aos disfarçados convivas.

Tempus Fugit – Vita Manet

João Quintino

Desembargador do TJMG, aposentado



Velho não sou, nem tão moço.
Em me chegando o futuro,
Tendo vivido um colosso,
Fiquei apenas maduro.

Não é velho, embora os anos,
Quem vence abismos medonhos
E transforma seus enganos
Numa torre azul de sonhos.

Não é velha a criatura
Porque fez vintenas de anos,
Se supera a vida dura
E alimenta ousados planos.

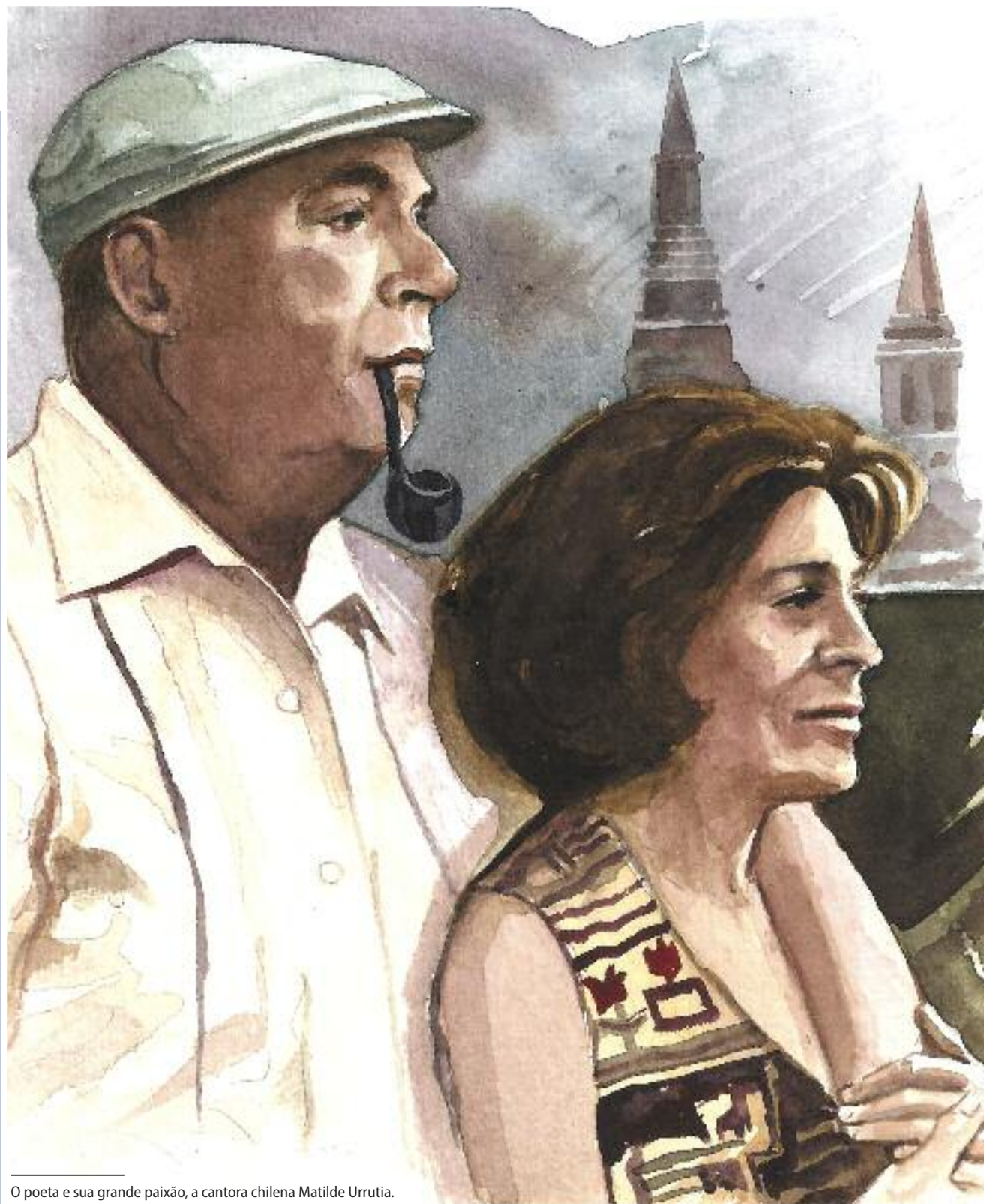
Em contrário ao que se pense,
Não é velho o ser vivido
Que traz alma de quem vence,
Não a alma de um vencido.

A velhice é estado d'alma,
Mais que a soma de ano a ano.
Pouco brilho, muito calma
Num final de desengano.

Rugas, cãs, cabelos brancos,
Tudo é charme – não velhice.
Velho é quem só pega aos trancos
E capota em caduquice.

Olhos vazios de luz,
Sem memória, esclerosado,
Preso ao braço que o conduz,
Este é o velho – herói cansado.

A mente é que determina
Essa etapa improdutiva.
- Jovem há que cedo afina.
- Idoso há com vida ativa.



O poeta e sua grande paixão, a cantora chilena Matilde Urrutia.

Pablo Neruda

A vida, os amores e a tragédia pessoal de um Prêmio Nobel

Gutemberg da Mota e Silva
Desembargador do TJMG

A poetisa Lucyla Godoy Alcayaga, diretora do Liceu de Meninas de Temuco, sul do Chile, recebeu na primeira quadra do século XX a visita de Ricardo Neftalí Eliécer Reyes Basoalto, de 15 anos, leu seus poemas e o iniciou na literatura russa, emprestando-lhe novelas de Tolstói, Dostoiévski e Tchecov, livros que entraram na sua “predileção mais profunda”, sem que nem ela nem o tímido poeta adolescente desconfiassem de que, sob pseudônimo, viriam a ganhar os dois prêmios Nobel de Literatura do país: ela em 1945, como Gabriela Mistral; ele em 1971, como Pablo Neruda.

Neftalí, que deixara os poemas com ela, tornou a encontrá-la depois de longa espera, conta Víctor Fariás no prólogo de *Cadernos de Temuco*, invocando Volodia Teitelboim, amigo e biógrafo do poeta, e ouviu de Mistral: “Preparei-me para recebê-lo. Estava enferma. Mas comecei a ler os seus versos e logo melhorei, porque estou segura de que aqui, sim, existe um poeta de verdade. Nunca fiz antes uma declaração dessa natureza”.

Nascido em 12 de julho de 1904 em Parral, Vale Central do Chile, “onde crescem vinhas e o vinho é abundante”, filho de José del Carmen Reyes, ferroviário, e de Rosa Neftalí Basoalto Opazo, professora rural que no mês seguinte morreria tuberculosa, o futuro autor de *Canto general* – obra-prima da poesia telúrica da América exaltando a vida do Novo Mundo, denunciando a exploração do homem e proclamando a fraternidade universal –, foi inicialmente criado pelos avós e, aos seis anos, levado pelo pai para aquela cidade da província de Cautín, capital da Araucanía, ingressando no Liceu de Homens de Temuco.

Antes dos 10 anos, Neftalí já escrevia seus primeiros poemas. Começa com rimas dedicadas à madrasta, Trinidad Candia Marverde, carinhosamente chamada de *mamadre*. Passa a publicar em jornal do lugar e em revista de Santiago. Prepara livros que não publica.

O pseudônimo do poeta de preto

Em 1920, escreve o poema *Hombre*, com o pseudônimo que o eternizaria. Fê-lo para despistar o pai, que o queria noutra carreira. “Um dia, num arranque de fúria, entrou com violência no quarto do filho e simplesmente destruiu tudo que pudesse ter algo a ver com poesia. Fez uma fogueira com livros, revistas, cadernos, papéis”, conta nos *Cadernos* o poeta Thiago de Mello, seu tradutor e amigo, baseado em biografia do poeta escrita por Bernardo Reyes, sobrinho de Neruda. Para adotar o pseudônimo,

inspirou-se no poeta tchecoslovaco Jan Neruda (1824-1891). A Justiça legalizou o nome em dezembro de 1946.

“Ritualmente vestido de negro desde muito jovem, como se vestiam os verdadeiros poetas do século passado, tinha uma vaga impressão de não estar tão mal de aspecto”, conta nas memórias póstumas *Confesso que vivi* (1974). Em 1921, foi para Santiago e ingressou na Universidade do Chile, para estudar Francês. Publica em revistas. Seu poema *Canción de la fiesta* foi premiado no mesmo ano pela Federação de Estudantes.

Em 1923, aos 19 anos, publica o primeiro livro, *Crepusculário*, neologismo conotando um conjunto de crepúsculos, com “evocadoras atmosferas meridionais, com suas noites e suas estrelas, suas paisagens e seus rostos amados: o conjunto resultando em um altíssimo e paradigmático poema de amor”, diz Jaime Quezada no prólogo de *Pelas praias do mundo*, livro de Neruda sobre lugares onde esteve como diplomata, poeta, militante político.

Boêmio, anarquista, cônsul, comunista

Boêmio, anarquista (duas décadas depois, comunista), lutando pela sobrevivência, deixa a universidade, mas permanece na capital, escrevendo em revistas. Lança em 1926 *Tentativa del hombre infinito*. Passa temporadas em Temuco e na ilha de Chiloé, escrevendo sua única novela, *El habitante e su esperanza* (1926).

Em 1927 começa a vida diplomática, como cônsul em Rangun (Myanmar desde 1989), na Birmânia, Ásia. Ali conhece e vive com Josie Bliss e, em 1928, assume o consulado em Colombo, no Ceilão (hoje Sri Lanka), Ásia. Torna-se cônsul em Batávia (hoje Jacarta), Indonésia. Casa-se em 1930 com a holandesa María Antonieta Hanegaar Vogelzanz. Cônsul em Cingapura em 1931, retorna ao Chile em 1932.

Publica, de forma definitiva, *Veinte poemas de amor y una canción desesperada*, “livro doloroso e pastoril que contém minhas mais atormentadas paixões adolescentes, misturado com a natureza envolvente do sul de minha pátria”. Teresa, Teresa Vásquez, inspirou grande parte dos poemas.

Chega a Buenos Aires, como cônsul, em agosto de 1933, e lá encontra o poeta espanhol Federico García Lorca. Homenagearam o poeta nicaraguense Rubén Darío com um discurso *al alimón*, ou seja, conjunto, como toureiros toureando o mesmo touro ao mesmo tempo, com uma só capa, explica Lorca. Neruda começa: “Senhoras...” Lorca completa: “...e senhores”, e assim até o fim.

Nomeado cônsul em Barcelona em 1934, esteve em Madri, onde no mesmo ano nasceu sua única filha, Malva Marina Trinidad. Conheceu a argentina Delia del Carril, que seria a sua segunda esposa. Integrou-se ao grupo de poetas espanhóis, entre eles Lorca e Rafael Alberti, com encontros diários. Em 1935 foi nomeado cônsul em Madri.

Livro nasce e morre na guerra

O poeta conta nas memórias que se tornou militante comunista muito mais tarde, no Chile, quando entrou oficialmente no Partido Comunista, mas achava que se definira como tal na Guerra Civil espanhola, no regime de Franco, conflito com um milhão de espanhóis mortos e um milhão de exilados. Entre aqueles, Lorca, assassinado em 1936 em Granada, aos 38 anos, e a quem homenageara em 1935 com a *Oda a Federico García Lorca*.

Neruda publicou, então, *España em el corazón*. José Eduardo Degrazia, prefaciando Terceira residência, diz que foi “impresso num moinho em um mosteiro pelos milicianos combatentes e por Manuel Altolaguirre. O papel usado fora fabricado com restos de roupas de soldados mortos e feridos, com cartazes e bandeiras inimigas”. Pronto o livro, logo começou a derrota da República, iniciando-se a marcha para o exílio, sendo tomados dos soldados tipógrafos metralhados os livros que procuravam salvar. Numa fogueira, conta Neruda, “foram imolados os últimos exemplares daquele livro ardente que nasceu e morreu em plena batalha”.

A mais nobre missão: exilar espanhóis

Em Madri, Neruda dirige caderno de poesia e publica a versão completa de *Residencia em la tierra*. Afastado do cargo por defender a República espanhola contra o franquismo, vai para Paris, onde mantém a luta.

Numa fogueira,
conta Neruda,
“foram imolados os
últimos exemplares
daquele livro ardente
que nasceu e morreu
em plena batalha.”

O governo do Chile enviou-o à França “para cumprir a mais nobre missão que exerci em minha vida: a de tirar espanhóis de suas prisões e enviá-los à minha pátria”. O presidente Pedro Aguirre Cerda lhe pediu que trouxesse milhares de espanhóis: “Temos trabalho para todos”. Então, na França, embarcou no navio *Winnipeg*, para Valparaíso, em agosto de 1939, cerca de duas mil pessoas - “pescadores, camponeses, operários, intelectuais, uma demonstração de força, de heroísmo e de trabalho. Minha poesia, em sua luta, tinha conseguido encontrar pátria para eles. E me senti orgulhoso”.

Volta ao Chile, continua a publicar e, em 1940, assume como cônsul-geral na Cidade do México. Começa a escrever o Canto general e participa da atividade política. Retorna ao Chile em 1943, casa-se com Delia del Carril, com quem vivia desde meados dos anos 30. É eleito senador da República, em 4 de março de 1945, pela “gente sem escola e sem sapatos” da “região mais dura do Chile”, a de grande mineração de cobre e salitre. Ingressou no PC em 15 de julho de 1945, ano em que recebeu o Prêmio Nacional de Literatura.

Nome falso. Passaporte de amigo

Publica na imprensa venezuelana a *Carta íntima para millones de hombres* e, por isso, o presidente do Chile, Gabriel González Videla, de cuja campanha participara, pede sua cassação. Neruda pronuncia no Senado, em 6 de janeiro de 1948, o discurso *Yo acuso*. A Justiça ordena a sua destituição. Entra na clandestinidade, com Delia, “mudando de casa quase diariamente”, protegido pelo povo. Conclui o Canto general, publicado clandestinamente no México e no Chile em 1950. Um dos seus poemas fora lido por Neruda em 1945, no Pacaembu, São Paulo, na homenagem a Luís Carlos Prestes. Ao Brasil viria outras vezes.

Com o nome falso de Antônio Ruiz, disfarçado com barba, óculos e manta, sai do Chile, com guias, atravessando de carro e a cavalo as florestas e a Cordilheira dos Andes, no sul do país. Passou por **Temuco**. Na fronteira com a Argentina, em San Martín de los Andes, Neruda escreveu na parede de uma choça abandonada: “Até breve, minha pátria. Vou-me embora mas levo-te comigo”.

Depois de poucos dias na Argentina, foi gloriosamente recebido em Paris em 25 de abril de 1949, entrando com o passaporte emprestado do romancista guatemalteco Miguel Ángel Asturias, Prêmio Nobel de 1967.

Nostálgico, escreve nas memórias: “Paramos já longe da cidade para comer alguma coisa sentados numa pedra. Pelo declive corria um riacho e lá embaixo as águas soavam. Era minha infância que se despedia de mim. Cresci nesta cidade, minha poesia nasceu entre o morro e o rio, tomou a voz da chuva, impregnou-se dos bosques tal como a madeira. E agora, no caminho para a liberdade, acampava um instante ao lado de Temuco e ouvia a voz da água que me ensinou a cantar”.

Versos anônimos na ilha de Capri

Viaja à União Soviética, à China e à Itália. Depois de quase expulso desta, a pedido do Chile, manifestação de intelectuais e do povo garantiu sua permanência no país, e um escritor lhe cedeu sua casa na ilha de Capri. Acompanhado de Matilde Urrutia, que seria a terceira esposa, escreve apaixonadamente e publica em 1952 *Los versos del Capitán*, anonimamente, porque

ainda casado com Delia.

Em 1954, ano do seu cinquentenário, sai em Buenos Aires o livro *Odas elementales* e, em Santiago, *Las uvas e el viento*. No dia do aniversário, doa sua coleção de conchas e sua biblioteca à Universidade do Chile. Segue publicando: em 1959, *Cien sonetos de amor*, dedicados a Matilde, e, em 1960, *Canción de gesta*, homenagem à Revolução cubana. Em 1964, sexagenário, publica *Memorial de Isla Negra*, biografia poética.

Lançado pelo PC à Presidência do Chile em 1969, enterneceu-se com a gente desamparada “a quem eu falava ou lia meus poemas em plena chuva, no barro das ruas e caminhos, debaixo do frio vento austral que faz as pessoas tiritarem”, mas renuncia porque Allende surgira como candidato unificador da Unidade Popular. Em 13 de dezembro de 1971, embaixador na França, recebe em Estocolmo o Nobel de Literatura.

O amor sobre a palha de trigo

Neruda teve intensa atividade sexual. Nas memórias, no capítulo “O amor junto ao trigo”, rememora a noite em que dormia sobre a palha de trigo de um celeiro, junto com outros rapazes que roncavam, quando foi surpreendido por uma mulher que o procurava silenciosamente, ausentando-se, depois de satisfeita, enquanto ele dormia, e, no dia seguinte, durante o almoço na casa, vislumbrou uma bela mulher casada que, no sorriso a ele dirigido, denunciou ser a sua ousada visitante noturna.

Sobre seu tempo de cônsul em Colombo, registra: “A verdade é que a solidão de Colombo não só era pesada mas também letárgica. Tinha poucos amigos na ruazinha em que vivia. E amigas de várias cores passavam por minha cama de campanha sem deixar nada além do relâmpago físico. Meu corpo era uma fogueira solitária acesa noite e dia naquela costa tropical”.

Conta ainda que Lorca o ajudara numa aventura erótica, quando escapou, com uma poetisa que, como eles, jantava na casa de um milionário em Buenos Aires, para uma torre alta em frente à piscina. Pediu ao amigo que ficasse de vigia. Atendendo-o açodadamente, Lorca acabou rolando pelas escadas escuras. “Ficou capengando durante quinze dias”. Na sua biografia de Lorca, Ian Gibson afirma que o episódio é verdadeiro, pois uma mulher que depois visitara Lorca no hotel o encontrara com a perna vendada. Algo violento, ele explicara que “havia tido um pequeno percalço em uma festa”.

As várias mulheres do poeta

A primeira das quatro mais duradouras mulheres de Neruda foi Josie Bliss: “A doce Josie Bliss foi-se obcecando e se apaixonando até adoecer de ciúme”. Tinha horror às cartas que ele recebia, e escondia seus telegramas. Neruda abandonou-a na Birmânia, fugindo: “Acabaria me matando. Por sorte recebi uma mensagem oficial que participava minha transferência para o Ceilão. Preparei minha viagem em segredo e um dia, abandonando minha roupa e meus livros, saí da casa como de costume e embarquei no navio que me levaria para longe. Deixava Josie Bliss, espécie de pantera birmanesa, com a maior dor”. Iniciou de imediato o poema *Tango de viudo*, “trágica peça de minha poesia destinada à mulher que perdi e que me perdeu porque em seu sangue crepitava sem descanso o vulcão da cólera”.

“Matilde conta que olhou para Pablo e lhe pareceu que jamais havia visto olhos iguais aos dele, curiosos.”

Com a primeira esposa, María Antonieta, teve em 1934 sua única filha, Malva Marina Trinidad. Neruda as deixou em 1936, trocando a mulher por Delia del Carril, com quem havia dois anos mantinha relação paralela, segundo Margarita Aguirre, amiga e biógrafa do poeta.

Gravadora e pintora argentina, 20 anos mais velha do que ele, Delia “sempre teve fama de estancieira rica, mas a verdade é que era mais pobre do que eu”. Logo se tornaria “sua companheira de relações ideológicas, estéticas e sentimentais”, conta Jaime Quezada.

Em 1952, quando vivia em Capri com a amante, Matilde Urrutia, publicou *Los versos del Capitán*, nela inspirados, sem assinar o livro, para não magoar Delia, de quem se separava: “Delia del Carril, passageira suavíssima, foi para mim, durante 18 anos, uma companheira exemplar. Este livro, de paixão brusca e ardente, ia chegar como uma pedra esticada sobre sua delicada estrutura. Foram estas, e não outras, as razões profundas, pessoais, respeitáveis, de meu anonimato”. A separação se daria em 1955.

O grande amor: Matilde Urrutia

Cantora chilena, Matilde foi seu grande amor. Nascida em 5 de maio de 1912, em Chillán, foi criada praticamente como filha única pela mãe viúva, Maria del Transito Cerda, pois os irmãos haviam emigrado para Santiago. Tangidas pelas penúrias econômicas, mãe e filha também foram para a capital, em 1924.

Neruda ali chegara em 1921 e já publicava textos e desenvolvia atividades político-estudantis, começando a ficar conhecido, principalmente pelo lançamento, em 1923, de *Crepusculario*. Em 1924, com 20 anos, lançava *Veinte poemas de amor y una canción desesperada*, provavelmente sua mais lida obra.

Eles não se encontram na época: Neruda vai para o Oriente em 1927; Matilde participa de filme no Peru e vai para o México. Antes ganha a vida cantando em recitais na Argentina, mas pouco se sabe de sua vida em todo esse período.

Neruda, que voltara ao Chile em 1932 com María Antonieta, foi nomeado cônsul em Buenos Aires em 1933 e, no

“O poeta, no fim da vida, muito enfermo, queria apaziguar a consciência.”

começo de 1934, transferido para o mesmo cargo em Barcelona, depois para Madri, e, em seguida, para o México, em 1940, retornando ao Chile em 1943. Elegeu-se Senador em 1945. Em 1946 dirige a campanha presidencial de González Videla.

A vida de Neruda, com 42 anos, e Matilde, com 34, se cruza nessa época, num concerto no Parque Florestal de Santiago. Matilde pergunta à amiga Blanca Hauser quem era o desconhecido alto e corpulento com quem conversava. “Ignorante, é Pablo Neruda”, respondeu. No livro *Mi vida junto a Pablo Neruda*, citado por Esteban Campos em Pablo Neruda y Matilde Urrutia – La eterna amante del Capitán, Matilde conta que olhou para Pablo e lhe pareceu que jamais havia visto olhos iguais aos dele, curiosos, “parece que olham para dentro”.

Neruda pergunta a Blanca quem é ela, trocam olhares, e as convida para um chá no dia seguinte na casa dele. Foram. Neruda lhes mostrou sua coleção de caracóis. Matilde o convidou a tomar chá no apartamento dela, a sós. “Era uma muchacha moderna e independente, e não lhe importavam as convenções tradicionais do seu tempo...”, observa Esteban Campos.

Viram-se mais três ou quatro vezes. Na época Neruda estava casado com Delia há mais de 10 anos. O poeta adoece. Matilde vai para o Peru e México. Depois, ele entra na clandestinidade, fugindo pela cordilheira para a Argentina, indo em 1949 para Paris. Visitou depois a União Soviética, indo a vários países socialistas. Delia ficou em Paris, sem saber que sua relação estava terminando, por causa de Matilde.

Os amantes se reencontraram no México, segundo Margarita Aguirre. Neruda participava de um congresso pela paz. Matilde ficou sabendo pela imprensa. Foi a uma das sessões. No intervalo, rodeado de gente, ele a divisou:

– *Você é chilena?*

– *Se esqueceu de mim... Lembre-se... Blanca Hauser...*

– *Que tonto sou! Não tenho feito outra coisa que perguntar por você.*

Retomando com Matilde de uma viagem pelas cidades do Oriente onde trabalhou, “Neruda a coroa sua rainha com os *Cien sonetos de amor* (1959)”, conta Hernán Loyola. Acrescenta que La barcarola, de 1967, tem como “fio condutor a história do casal Pablo-Matilde, que em 28 de outubro de 1966 celebra com boda privada os 20 anos transcorridos desde aquele concerto de 1946 no Parque Florestal”.

Amor outonal, traição em família

No entanto, Matilde não é a página final da história dos amores de Neruda. Conta Loyola: “1969 é também o ano em que floresce o amor outonal de Neruda por Alicia Urrutia, jovem sobrinha de Matilde que há pouco tempo vive em Isla Negra com sua filha Rosario. Esta relação instaura uma oportunidade de renascer”, pelo que projeta escrever um opúsculo cujo título é *Aún* (Ainda), publicado a poucos dias dos seus 65 anos, e *La espada encendida* (A espada acesa), de 1970, “um livro muito ambicioso que transfigura a paixão clandestina e o conflito conjugal por meio de uma fábula em verso com um triângulo fictício:...”

Adiante, revela Loyola que, quase coincidindo com a eleição de Allende para a presidência, “Matilde surpreende aos amantes in flagrante”, daí derivando “uma crise conjugal que Neruda resolve pedindo e obtendo do novo governo o cargo de embaixador em Paris”.

O precoce fim da infeliz filha do poeta

Pablo Neruda e María Antonieta, a quem chamava Maruca, se casaram na Batávia em 6 de dezembro de 1930, poucos meses depois de se conhecerem. De poema para ela não se tem notícia. Malva Marina nasceu em Madri em 18 de agosto de 1934, com hidrocefalia, tendo a cabeça grande demais em relação ao resto do corpo.

Dois anos depois, o casal se separou, ficando a criança com a mãe, que em julho a levou para Barcelona, em dezembro para Monte Carlo, e, em julho de 1937, para a Holanda. Neruda se distanciou dela depois da separação, mas Hernán Loyola noticia que o poeta viajou para Haia em 1939, “onde tenta sem êxito um acordo de separação com Maruca. Ali abraça e beija pela última vez a Malva Marina. Ninguém imagina então que os alemães invadiriam a Holanda vários meses mais tarde”. Segundo o site da Fundação Pablo Neruda, a visita se deu em meados de novembro de 1939.

Em 2 de março de 1943, com oito anos e meio, **Malva Marina** morreu em Gouda, na Holanda ocupada pelos alemães.

Neruda não trata do assunto em sua obra, pelo menos explicitamente. No poema *Enfermedades en mi casa*, de agosto de 1934, fala de uma menina, certamente se referindo à filha, nascida naquele mês. O poema termina assim: “...escrevo este poema que só é um lamento/somente um lamento”. Na ode a Lorca (1935), Neruda menciona o nome da

filha e os de outros parentes e amigos. Também se lê na rede que Lorca, falecido em 1936, fizera um poema para ela.

Os mais tristes versos não escritos

Na obra de ficção *El caso Neruda*, tendo este verso como epígrafe, o escritor chileno Roberto Ampuero põe Neruda

Lê-se na internet que em 2010 a escritora holandesa Pauline Slot lançou a novela “O longo esquecimento”, tendo Maruca como principal protagonista, nela contando que, sem condições de criar a filha, a mãe a confiou a um casal, o mesmo que a sepultou no cemitério de Gouda, a 20 quilômetros de Roterdã. Lê-se também que o túmulo da menina foi revelado ao mundo por Antônio Reynaldos, chileno radicado na Holanda. Aparece na rede a tumba de menina, com as datas extremas de sua infeliz e precoce vida.

contratando um cubano, Cayetano Brulé, para localizar um certo Dr. Ángel Bracamonte, marido de Beatriz, com quem ele tivera uma relação amorosa no início dos anos 40, no México.

O objetivo não era tratar seu câncer com ervas milagrosas, como imaginara Cayetano, mas saber de Beatriz se era dele, Neruda, a filha que ela tivera na época do adultério. O poeta, no fim da vida, muito enfermo, queria apaziguar a consciência, castigada pela culpa do desamparo a que relegara a filha na Europa, depois dominada pelos nazistas.

Ao final da busca por vários países, encontra Beatriz, mas ela se mostra evasiva, dizendo que tudo passara, era irremediável, e que o poeta, egoísta, não mais poderia retificar sua história. No entanto, acaba informando que a filha, Tina, tinha como primeiro nome Modotti (Tina Modotti, fotógrafa italiana que morrera no México em 1942, quando lá vivia Neruda, que a homenageara com o poema *Tina Modotti ha muerto*) e, como segundo nome, Trinidad, homenagem à sua madrastra, Trinidad Candia Marverde, a mamadre, de quem o órfão Neruda gostava muito. Em suma: a filha era dele.

Cayetano corre para contar a descoberta ao poeta. O país vivia os primeiros dias do golpe militar de direita. Neruda piorara e fora levado às pressas de Isla Negra para Santiago e, naquele final do dia 23 de setembro de 1973, já não vivia para receber a ansiada notícia. A que os amigos lhe deram nos seus últimos instantes era sombria: seus companheiros da oposição estavam sendo presos e fuzilados.

Por tudo isso, naquela última noite, Neruda tinha razões de sobra para seu famoso e nostálgico verso: *Puedo escribir los versos más tristes esta noche*.

As casas-museus do poeta

Cônsul em Colombo, Ceilão, ganhando pouco, Neruda escreveu à madrastra em 14 de março de 1929 contando que alugara uma casa grande à beira-mar, na aldeia de Wellawata, ali vivendo completamente só, com dois serventes que o roubavam. Muitos anos depois, voltando ao Ceilão, procurou revê-la. A velha casa na qual havia escrito “versos dolorosos”, com portas carcomidas e muros arruinados, estava prestes a ser demolida, “mas havia me esperado de pé para este último minuto de despedida”.

A despedida na La Manquel

Outra casa do poeta é *La Manquel*, adquirida na Normandia, nos seus anos finais, com o dinheiro do Prêmio Nobel. Ali, em 12 de julho de 1972, embora já bastante enfermo, celebrou seus 68 anos com uma festa que teve, entre os convidados, Gabriel García Márquez, Julio Cortázar, Mario Vargas Llosa e Carlos Fuentes, conta Hernán Loyola, acrescentando: “Sua aparição na festa, disfarçado de *chansonnier* de *vaudeville* parisiense, provoca uma explosão de hilaridade”. Com gorros de papel, cantos e brindes, os amigos colaboram para o “êxito da festa, que é, o sabem, a despedida do poeta”.

Cortázar, em *Obra Crítica/3*, confirma: “...com chapeuzinhos de papel, bebidas e música, nos despedimos dele (ele sabia disso, e nós sabíamos que ele sabia)”.

As casas eram também poemas

As principais casas em que morou no Chile se eternizaram como casas-museus: a de Santiago, *La Chascona* (antes, morara com Delia numa casa da Av. Lynch Norte, Bairro Los Guindos, chamando-a, ao voltar do México, de Michoacan); a de Valparaíso, *La Sebastiana*; e a Casa de Isla Negra, pequeno povoado do continente, no litoral central do Chile, próximo a Valparaíso. São administradas pela Fundação Pablo Neruda, criada por iniciativa de Matilde, concretizando ideia do poeta.

Referindo-se ao acervo da casa de Isla Negra em fevereiro de 1973, quando o viu pela última vez, Cortázar observou: “Quanto ressentido, quanto invejoso ironizou alguma vez as figuras de proa, os atlas, os compassos, os barcos em garrafas, as primeiras edições, as estampas e os bonecos, sem entender que aquela casa, todas as casas de Neruda, eram também poemas, réplica e corroboração das nomenclaturas de *Residência* e do *Canto*, uma prova de que nada, nenhuma substância, nenhuma flor, entrara em seus versos sem antes ter sido lentamente olhada e cheirada...”.

Neruda chamou de *La Chascona* à de Santiago numa alusão aos desgrenhados cabelos ruivos de Matilde. Começou a construí-la em 1953, concluiu-a em 1955 e se mudou “para viver nela com Matilde Urrutia”.

La Sebastiana: ar, terra e mar

Em 1959, começa a construção de *La Sebastiana*, no Cerro Florida. O nome vem do falecido proprietário, o construtor espanhol Sebastián Collado, inaugurada em 18 de setembro de 1961.

A casa tem cinco pisos e um terraço, estreitas escadas, grandes janelas de vidro que dominam a cidade portuária e os tetos das suas casas coloridas, espalhadas pelos morros e, sobretudo, o porto e a baía de Valparaíso, vendo-se o Oceano Pacífico, o mar, o mar tão amado e tão presente em sua obra, como a chuva – seu “único personagem inesquecível” na infância –, os ventos, o céu, a terra, os bosques. Seu último réveillon, o de 1972, Neruda o passou em *La Sebastiana*, mirante privilegiado para o espetáculo pirotécnico do porto.

O *living* tem a sala de estar, a mesa de refeições e o bar (somente ele podia transpor o balcão do bar, onde preparava a bebida que inventou para os amigos, o “Coquettelone”),

“...com chapeuzinhos de papel, bebidas e música, nos despedimos dele.”

destacando-se na sala sua poltrona preferida, “La Nube” (A nuvem), com descanso para os pés, marcado com gotas da tinta verde de sua caneta. No dormitório, vê-se a penteadeira de Matilde e, na estante do escritório, romances policiais e sua máquina de escrever, negra e antiga como a roupa que o jovem poeta usava.

Na novela *El caso Neruda*, o poeta confidencia a Cayetano Brulé: “Das quatro casas que tenho, nenhuma flutua como esta. A de Santiago se oculta nas encostas de São Cristóvão; a de Ilha Negra é uma bela barcarola disposta a zarpar, e a Manquel, que foi uma cocheira de pedra e ladrilho, e que comprei com dinheiro do Nobel, vive extraviada nos bosques da Normandia. Mas *La Sebastiana* aprisiona como uma pulseira o ar, a terra e o mar, Cayetano. Por isso é minha casa predileta”.

Com o golpe militar de Augusto Pinochet, que em 11 de setembro de 1973 derrubou o governo socialista de Salvador Allende, incendiou o Palacio de la Moneda e o levou à morte (assassinado, ou por suicídio, na versão oficial), *La Sebastiana* foi saqueada e seus móveis, objetos e livros danificados ou destruídos, assim como o foram as outras casas-museus, todas restauradas.

O poeta parte. Fica seu canto

Recebido o Nobel, seu câncer se agrava em Paris. Em 24 de abril de 1972, médicos de Moscou confirmam o mal a Matilde, e ele se despede da Rússia e dos amigos soviéticos com o póstumo *Elegia* (1974).

Após a festa dos 68 anos na *La Manquel*, submete-se à segunda cirurgia da próstata (fizera a primeira, sob máxima reserva, no final de outubro de 1971) e, naquela casa da Normandia, escreve *Jardín de invierno*, onde “invoca o auxílio das águas regenerativas do áspero mar chileno”, nota Hernán Loyola na Antología General.

Depois, renuncia ao posto de embaixador na França. Retorna ao Chile. Fragilizado, discursa na homenagem pelo Prêmio Nobel que o governo e o povo lhe prestam em 5 de dezembro de 1972, no Estádio Nacional de Santiago, que em menos de um ano viraria prisão de milhares de opositores do regime. Continua a escrever e a lutar pela paz no Chile, mas “o golpe militar derruba suas últimas reservas vitais”, diz Loyola, acrescentando que, quando resolve aceitar exílio no México, já é tarde, e ele morre no domingo, 23 de setembro de 1973, às 22h30min, na Clínica Santa María, em Santiago, 12 dias depois de Allende.

“O enterro de Neruda transformou-se na primeira manifestação pública contra o golpe militar.”

“¡Pablo Neruda, presente, ahora e siempre!”

Por decisão de Matilde, o corpo foi velado em *La Chascona*, “saqueada e ultrajada nos dias anteriores”, conta Loyola, informando: “Somente nove pessoas velamos o poeta da noite de 24 para 25 de setembro”.

José María Mayrink cobriu o enterro, no dia 25, para *O Estado de S. Paulo*. Resume-o no livro *Vida de repórter*: “O enterro de Neruda transformou-se na primeira manifestação pública contra o golpe militar. Poucos e tímidos no início do percurso, os chilenos eram milhares quando o caixão chegou ao Cemitério Geral de Santiago. Havia soldados armados por toda a parte, mas a presença deles não intimidou os manifestantes. -¡Pablo Neruda, presente, ahora e siempre! – gritavam vozes isoladas que um coro foi depressa engrossando. A cem metros do portão principal do cemitério, a multidão cantou a Internacional Comunista. Muita gente chorava. Velhos amigos de Neruda levavam flores vermelhas na mão. À medida que o cortejo avançava, o Exército ia apertando o cerco.

– ¡Salvador Allende, presente, ahora y siempre! – ousaram as vozes isoladas, e o coro mais uma vez respondeu. Intelectuais recitaram poemas, belos poemas de Canto General, uma pungente declaração de amor do poeta à sua pátria. Quando o caixão desceu ao túmulo, ecoaram vivas ao Partido Comunista e gritos contra a ‘ditadura gorila’”.

No poema Final, de *El mar y las campanas*, livro póstumo (1974) em que se reconcilia com Matilde, Neruda confessa: “Foi tão belo viver / quando vivias. / O mundo é mais azul / e mais terrestre de noite, / quando durmo, / enorme, dentro de tuas breves mãos”.

Matilde, falecida em 1985, adotou o nome Neruda. Passados 19 anos do golpe, o governo do Chile promoveu, em 12 de dezembro de 1992, o Funeral Oficial de Pablo Neruda, trasladando seus restos mortais para o jardim da casa de Isla Negra, onde Matilde Neruda repousa a seu lado. Para sempre, tal como ecoará o canto do poeta.

Referências bibliográficas

OBRAS DE PABLO NERUDA

- *Antologia general*, edição comemorativa, Lima, Peru: Real Academia Española e Asociación de Academias de la Lengua Española, 2010.
- *Confesso que vivi*, Rio de Janeiro: Difel, 1974.
- *Para nascer nasci*, São Paulo-Rio de Janeiro: Difel, 1979.
- *Canto geral*, São Paulo: Difel, 1979.
- *Pelas praias do mundo*, 3ª. ed., prólogo, seleção e referências cronológicas de Jaime Quezada, Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.
- *Terceira residência (1935-1945)*, edição bilíngue, Porto Alegre, L&PM, 2007
- *Últimos poemas (O mar e os sinos)*, edição bilíngue, Porto Alegre, L&PM, 2009;
- *Cadernos de Temuco*, 2ª. ed., tradução de Thiago de Mello, prólogo de Víctor Farías, Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

OUTRAS

- *Pablo Neruda y Matilde Urrutia – La eterna amante del Capitán*, Esteban Campos, México, D.F., L.D.Books, 2010;
- *Vida de repórter*, José Maria Mayrink, São Paulo: Geração Editorial, 2002;
- *El caso Neruda – La otra orilla*, Roberto Ampuero, Bogotá: Grupo Editorial Norma, 2008;
- *Vida, pasión y muerte de Federico García Lorca*, Ian Gibson, Barcelona: Plaza & Janés Editores, S.A., 1998.
- *Obra crítica/3*, Julio Cortázar, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- <http://www.rnw.n1/português/vídeo/malva-marina-a-filha-esquecida-de-pablo-neruda>, c. em 21 de dezembro de 2010.
- <http://fundacionneruda.org/>, c. em 21 de dezembro de 2010



“Foi tão belo viver
quando vivias.
O mundo é mais azul
e mais terrestre de noite,
quando durmo,
enorme, dentro de tuas breves mãos.”



Breve história da criança brasileira: colônia e império

Bruno Terra Dias
Presidente da Amagis

Certas buscas encaminham perplexidades ou estupefação tais que os fatos não têm como ser relatados diversamente da perspectiva negativa. A falta de relatos históricos, em documentos oficiais ou privados, nas artes ou nos traços fundantes da cultura, embora seja certa a existência do sujeito e sua interação com as realidades circunstantes, perturba a sensibilidade de quem procura estabelecer um contato com aquela realidade sabida e negligenciada. A busca de formação de uma história da criança no Brasil, nos períodos colonial e imperial, traz em si a materialização do que se poderia chamar de um não-sujeito de um não-direito (se assim for possível articular a condição das crianças entre a colônia e o império). Vale dizer: alguém cuja existência não é meramente pressuposta ou presumida, mas que parece não ter sido reconhecido em seu tempo, posto haver omissão quase absoluta sobre sua passagem pela vida de relação, como se não interagisse ou estivesse condenado à condição de desimportante.

A criança brasileira, nos períodos enfocados, não foi vista ou retratada nos fatos históricos ou mesmo em cartas ou relatos informais documentados, a não ser em observações à margem dos temas e personagens notados e referenciados. Tem-se a impressão de que, no romance das realidades deste país continente, o personagem criança restou sem lugar, quase sem narrativa, quase sem significância sua participação nos eventos cotidianos da sociedade colonial ou imperial, muito mais no respeitante aos momentos decisivos da nação.

Pode-se indagar que conjunção de fatores pode levar à situação da perspectiva negativa como alternativa de narração da construção de um personagem na história, como se estivesse oculto e fosse necessário penetrar em subterrâneos para iluminar sua existência. Atentar para a economia praticada, a estruturação social e instituições sociais dedicadas à época será válido. Se tudo não explicar, tal abordagem propiciará um vislumbre esclarecedor ao menos das razões da parca e quase ausente documentação sobre a condição da criança no Brasil, num período de quase quatrocentos anos de história.

Autores de clássicos estudos sobre a formação da sociedade brasileira, Caio Prado Júnior e Sérgio Buarque de Holanda, em suas obras mais conhecidas¹, sequer tangenciam a temática da infância no Brasil, durante os períodos históricos a que dedicaram seus melhores esforços. Sem embargos, seu pensamento é de extrema valia para uma compreensão da economia, da vida da pessoa comum e das condições políticas então vigentes, em auxílio

a uma possível compreensão do que foi o estilo de criação, educação e formação das crianças antes do advento da República.

De registrar que aqui, ao mencionar crianças, não o fazemos nos termos da legislação vigente, que classifica os não-adultos em crianças e adolescentes. Efetivamente, a figura do adolescente somente obteve reconhecimento na segunda metade do século XX. Assim, numa perspectiva histórica que começa no século XVI seria impróprio utilizar de um vocabulário incompatível com o tratamento dispensado por mais de quatro centenas de anos. Portanto, nesta abordagem o vocábulo criança identificará os não-adultos, mesmo que com idade superior a doze anos.

Tal como um não-sujeito de um não-direito, consideraremos especialmente a situação da criança desvalida, desprotegida, que não conhece os pais ou deles foi separada. Enfim, neste estudo importa-nos a realidade daqueles desafortunados, sem reconhecimento ou abandonados, ignorados pela coroa portuguesa como se não fossem dignos sequer de menção ou cuidados.

Aspectos sócioeconômicos da colônia

A compreensão da economia e da sociedade coloniais certamente informará algo do necessário a uma justa abordagem do tema da infância no mesmo período. Embora não colocado como questão a ser enfrentada pela coroa portuguesa, o tema sofreu necessariamente influxos das ideias sociais e econômicas então vigentes, determinando consequências na nossa história, cujos reflexos ainda hoje são visíveis.

O Brasil, como outro qualquer país, é o resultado de um processo de evolução sempre a caminho e jamais findo. Colonizado há poucos séculos, o território brasileiro testemunhou a saga de povos europeus que aqui aportaram à procura de fortuna e sem compromisso para formação de uma nação. A economia em ciclos, de exploração fácil do quanto a terra generosa desse à farta e pudesse ser extraído lucrativamente, marcou indelevelmente todo esse processo, deixando impressões visíveis na estrutura social colonial. Todo este conjunto nos afeta ainda hoje, como aspectos fundadores da nossa sociedade, demasiado contrastante e disforme, excessivamente concentradora e desigual, carente de assistência básica para tantos e opulenta a tão poucos, distribuindo favores segundo a origem.

O complexo de relações econômicas, muito particularmente as finalidades com que eram praticadas, e sua influência na formação do que poderíamos chamar de caráter nacional, interessa-nos de perto, para daí extrair-se o caldo de cultura que influencia ainda hoje a situação da criança e, como antecedente, as múltiplas configurações da família em nosso território. Saber

¹ PRADO JÚNIOR, Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo: colônia*, 23ª edição, São Paulo: Brasiliense, 2008. HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*, 26ª edição, São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

como se desenvolveram as relações econômicas no período da colônia revela importância na medida em que resultou em práticas mais ou menos generalizadas, que determinaram modelos familiares e formas de criação das múltiplas gerações que se sucederam. As perspectivas dos pais, se eram conhecidos e se havia alguma ligação emocional entre ascendentes e descendentes, a qualificação necessária a viver e a extrair das práticas econômicas vigentes o indispensável a manter-se nestas terras entre os séculos XVI e XIX, tudo condicionou ou influenciou, de alguma forma, para chegarmos ao que somos.

Escrevendo em 1942, Caio Prado Júnior afirmava que “não completamos ainda hoje a nossa evolução da economia colonial para a nacional”². Quereria o autor com isto dizer que àquela data ainda não se havia disseminado a regulamentação das relações laborativas por todo o território nacional; muito do regime de subordinação colonial ainda subsistia para considerável parcela da população brasileira; o escravismo, embora erradicado de direito, mantinha sua influência cultural; os povos dos três continentes (indígenas, europeus – majoritariamente portugueses, e africanos escravizados) ainda não se haviam composto para formação de uma nação coesa e superadora dos preconceitos desenvolvidos ao longo dos séculos de colonização, essencialmente preocupada com o fornecimento de bens para o comércio da Coroa e sem maior consideração com as condições de vida daqueles que aqui já se encontravam ou aportaram, seja na condição de senhores ou de escravos. As relações sociais, portanto, à época em que escrevia Caio Prado Júnior, como ainda, de certa maneira, atualmente, conservam algo do caráter de submissão colonial, aprofundando diferenças e exclusões. Somente em quadra bastante recente da história nacional os processos econômicos evoluíram, embora muito se conserve, sertões afora, do atraso que em outros países de diversa formação são apenas reminiscências constantes dos livros de estudo.

Nossa colonização, com vistas econômicas para o exterior, para as necessidades do fortalecimento do comércio e da importância da Corte portuguesa no cenário de uma Europa em expansão, despreocupou-se com o povoamento das vastas terras, aos indígenas conquistada. Para cá foi embarcado somente o pessoal necessário aos interesses coloniais, nada além do suportável pelas condições da metrópole na busca de predação econômica do quanto espontaneamente ofertado pelas terras invadidas. Não era próprio dos povos europeus sujeitar-se às difíceis condições das terras tropicais, suportando o baixo nível das disponibilidades para subsistência. O trabalho da população branca no Brasil sequer foi pretensão. No dizer de Caio Prado Júnior³:

No seu conjunto, e vista no plano mundial e internacional, a colonização dos trópicos toma o aspecto de uma vasta empresa comercial, mais completa que a antiga feitoria, mas sempre com o mesmo caráter que ela, destinada a explorar os recursos naturais de um território virgem em proveito do comércio europeu. Este é o verdadeiro sentido da colonização tropical, de que o Brasil é uma das resultantes; e ele explicará os elementos fundamentais, tanto no econômico como no social, da formação e evolução históricas dos trópicos americanos.

Voltada ao atendimento do mercado externo e subordinada aos arroubos cíclicos, a economia colonial organizou-se na

forma de monocultura em extensas propriedades, à custa do esforço do braço escravo, produzindo para exportação a benefício da Coroa. O tripé constituído pela grande propriedade rural, pela monocultura e pelo trabalho escravo foi a base da exploração de atividades econômicas, especialmente no litoral.

No século XVIII, com as descobertas de ouro em Minas Gerais (em verdade, ouro de aluvião foi encontrado às margens do ribeirão do Carmo em 1696, mas sua exploração efetivamente somente firmou-se ao início dos setecentos), Goiás e Mato Grosso, forte fluxo migratório instaurou-se, deslocando populações das regiões litorâneas para o interior da Colônia, em grandes unidades de produção minerária.

Nenhuma preocupação com a formação de um contingente qualificado de homens e mulheres que pudessem suceder-se em gerações interessadas e voltadas ao desenvolvimento econômico e social, com implantação de indústrias e fortalecimento do comércio nestas terras. Tudo se fez no interesse da Coroa, sem pensar na fundação uma sociedade local, drenando o produto dos esforços individuais e coletivos para Portugal.

A família na colônia e no império

Não é possível pensar a questão da infância sem tecer considerações sobre a família, seus modelos e disciplina. Sem compreender algo sobre a formação da família, a divisão dos papéis sociais conformadores de sua unidade e potencializadores do sucesso (ou insucesso) de seus membros, com projeção nas gerações futuras, não é possível abordagem aceitável. Por isto, abre-se breve parêntese, sem aspiração de profundidade na discussão.

A família, tal como a conhecemos e conceituamos, grupo de pessoas descendentes de um mesmo tronco ancestral, nem sempre teve o mesmo significado. Desde a mais remota época, múltiplos significados permearam culturas e civilizações. Câmara Cascudo⁴ faz breve digressão sobre a origem da palavra família, valendo transcrever:

“Não é possível pensar a questão da infância sem tecer considerações sobre a família, seus modelos e disciplina.”

² Id. *Ibid.* p. 11.

³ Id. *Ibid.* p. 29.

⁴ *Civilização e Cultura*: pesquisas e notas de etnografia geral, São Paulo: Global, 1ª edição, 2004, p. 668.

“A família ocupava-se de missões outras que não incluíam o cuidado amoroso com os filhos e respectiva educação para ingresso no mundo adulto.”

O latim “família” manteve-se no *famille, familie, family*, neolatinos e germânicos, provindo de *famulus, farnel*, criado, servo, fâmulos, serviçal, doméstico, com a raiz de *faama*, do sânscrito *d'bāman*, casa, morada, residência, do radical *dbā*, pôr, pousar, assentar. Seria, visivelmente, o conjunto das pessoas sob o mesmo teto, obedientes e dependentes da mesma autoridade e proteção.

Desde nossos parentes ancestrais, as pesquisas antropológicas comprovam ter sempre havido uma organização da vida em comunidade, sendo comuns as funções de provedor, caçador e guerreiro ao homem e de nutriz, colaboradora e cuidadora da prole à mulher. Eis o quadro comum aos nossos parentes de épocas superadas, que vicejou por longo tempo, mesmo em povos da atualidade.

Essa unidade social que denominamos família, na qual ocorrem as relações humanas mais marcantes de nossas vidas, os amores do casal, a dedicação aos filhos, os conflitos entre gerações, os projetos de vida com suas realizações e frustrações, mudou de funções ao longo da história; já foi unidade econômica praticamente autossuficiente, ambiente de completa educação da descendência, instrumento de alianças entre grupos e povos etc. A ela, em países como o nosso, reservam-se atualmente papéis mais restritos, embora de ampla significação na formação das novas gerações.

A família colonial brasileira vincula-se à família europeia da Idade Média. Disso resulta que não há como entender nossa formação e, por conseguinte, o histórico de descaso com as crianças neste país, sem antes proceder ao esforço, ainda que breve, de um percurso que nos incursione pela família europeia do medievo. É desta tradição e (des)cuidados que extraímos a penosa história da criança desvalida destes trópicos.

Philippe Ariès⁵ discorre sobre a criança e a vida em família durante as idades média e moderna, na Europa, particularmente em França, demonstrando que o amor romântico não era necessário à formação da entidade familiar e que as crianças, e quanto mais tenra a idade pior, não desfrutavam da consideração que começaram a alcançar somente ao final do século XVIII.

A família ocupava-se de missões outras que não incluíam o cuidado amoroso com os filhos e respectiva educação para ingresso no mundo adulto. Mesmo as crianças das cidades mais desenvolvidas tinham apenas, e quando muito, o aprendizado das ruas da vizinhança, assimilando, por imitação, o quanto necessário à convivência em um mundo que não era seu, não se preocupava em satisfazer suas necessidades de afeto.

O infanticídio, embora condenado, era praticado com certo desassombro, como atualmente se praticam determinadas condutas delituosas sem grande receio de aplicação da sanção prevista, posto contarem os violadores com a tolerância e a complacência da maioria na sociedade, não apenas de certas autoridades públicas.

Este o ambiente geral da família e da criança em uma Europa que partia rumo ao descobrimento e colonização de novas terras. Desse ambiente, em que a vida da criança pouco significava⁶, partiu a ambição de conquista de riquezas que aportou em terras brasileiras.

Uma idéia, ainda que pálida, das famílias no período colonial, estendendo-se ao império, pode ser dada pela visualização do que ocorria no Nordeste, em São Paulo e entre escravos. A docilidade e a submissão da sinhozinha no Nordeste, num regime de economia que voltava suas atenções para os afazeres domésticos, deixando ao homem a tarefa de administração da propriedade e provisão das necessidades, contrastava com o papel da mulher no Sudeste, administradora, que chefiava fazendas e ordenava atividades de produção enquanto o homem dedicava-se a explorações em bandeiras sertões afora⁷.

Já a infâmia da escravidão, com toda sua carga racista, sob argumentos de inumanidade, inferioridade racial e impureza religiosa, encaminhou uma visão de animalidade e promiscuidade sexual que recusou reconhecimento de família propriamente às uniões dos infelicitados. Equiparados a animais de força, homens, mulheres e crianças submetidos à escravidão podiam ser vendidos separadamente, afastando-os do convívio familiar a qualquer momento das suas curtas e sofridas vidas.

A criança brasileira na colônia e no império

A construção de uma história da criança no Brasil esbarra numa dificuldade que consiste na falta de relatórios sobre o tema até o século XX. A história contada tem por personagens quase que exclusivamente os adultos, na perspectiva de sua

⁵ *História Social da Criança e da Família*, tradução de Dora Flaksman, 2ª edição, Rio de Janeiro, LTC, 2006.

⁶ Id. *Ibid.*, prefácio, x: “...As pessoas se divertiam com a criança pequena como com um animalzinho, um macaquinho impudico. Se ela morresse então, como muitas vezes acontecia, alguns podiam ficar desolados, mas a regra geral era não fazer muito caso, pois uma outra criança logo a substituiria.”

⁷ A história de Minas Gerais registra a realidade da mulher administradora em personalidades como Joaquina de Pompéu, Maria Tangará e outras tantas mulheres de espírito forte que contribuíram para nossa formação política. Agripa de Vasconcelos é exemplo de escritor que bem soube retratar a época e a força dessas mulheres de presença tão marcante no cenário mineiro, que ainda hoje são lembradas, por temor ou respeito

“Chegados às terras da colônia, os jovens sobreviventes da travessia atlântica tinham destinos diversos, conforme sua origem, mas todos os destinos eram incertos e crivados de infelicidades.”

participação nos destinos do país, de uma região ou município, sendo mencionadas as crianças apenas incidentalmente, em poucas passagens de textos a elas não dedicados. Sabe-se, entretanto, com segurança, que sempre foram exploradas, de uma maneira ou de outra. A tarefa proposta é a de tracejar referências históricas da presença da criança em terras brasileiras a partir do descobrimento lusitano, até o fim do império. O enfoque, a partir do século XVI, não despreza a vida das populações locais em períodos anteriores, apenas ressalta um momento de importância para o modelo de sociedade em que vivemos atualmente.

Cientes das limitações, ainda assim ousaremos o enfrentamento da questão sob quatro ângulos distintos, sempre levando em consideração a realidade da criança desvalida, infortunada, deixada à própria sorte: as embarcadas, as escravizadas, as abandonadas e as crianças “vadias”.

Crianças embarcadas

Nossa breve história começa nas embarcações lusitanas, a partir das viagens de 1530. Além do contingente de muitos homens e bem poucas mulheres, um significativo número de crianças, alistadas como grumetes e pajens, com idade normalmente variando de nove a quatorze anos, correspondendo a aproximadamente 18% das tripulações, participou das incertezas da travessia atlântica.⁸

A fome e a miséria por que passava o povo português à época levava os pais a alistar seus filhos, recebendo o soldo respectivo, mesmo cientes de que a taxa de mortalidade alcançava atordoantes 39% durante a travessia atlântica, sem contar os inúmeros infortúnios e os sérios riscos à vida, integridade física e formação dos que alcançassem terras coloniais.

O índice de mortalidade em terras portuguesas, por fome e doença, era semelhante ao risco de morte no mar. Fome, miséria, doenças e morte eram destinos comuns.

Dormir ao relento em embarcações inseguras, submeter-se a alimentos estragados, trabalhar nas tarefas mais arriscadas e que os marinheiros adultos recusavam, ver a infância esvaír-se nas sevícias tão comuns em ambientes de raras mulheres e prostituir-se para obter algum favor que minorasse suas dores. Assim muitos morriam e poucos sobreviviam.

Chegados às terras da colônia, os jovens sobreviventes da travessia atlântica tinham destinos diversos, conforme sua origem, mas todos os destinos eram incertos e crivados de infelicidades.

Crianças escravizadas

Crianças escravas tinham baixo valor no mercado, sendo encaminhadas ao trabalho a partir dos sete anos de idade e consideradas formadas, com significativo aumento de valor como mercadoria a partir dos 12 anos, para uma vida que dificilmente chegava aos 50 anos.

⁸ A respeito da dura realidade enfrentada pelas crianças nessas aventuras transatlânticas, veja-se: RAMOS, Fábio Pestana. História Trágico-Marítima das Crianças nas Embarcações Portuguesas do Século XVI, in HISTÓRIA DAS CRIANÇAS NO BRASIL, Mary Del Priore: organizadora, 6ª edição, São Paulo: Contexto, 2007, p. 19 e segs.

Nas vilas e povoados das Minas Gerais, caminhavam as crianças pelas ruas, sem atividades próprias, sujeitando-se aos riscos de lugares ermos e ao duro aprendizado de uma sociedade a elas não voltada. Da vida nas senzalas destas terras de história tão peculiar, distantes do litoral, disserta Julita Scarano⁹:

Nas senzalas, viviam os escravos de um mesmo proprietário e as crianças andavam por todos os lugares, freqüentando, inclusive, as habitações de seus donos, sobretudo quando suas mães ali trabalhavam. As obras de Debret e de Rugendas nos mostram muitas vezes crianças negras no mesmo ambiente que os filhos de seus proprietários, confraternizando com eles e mesmo se relacionando com suas donas. Esses e outros autores contam que estas acarinhavam e aceitavam as crianças negras que não tivessem ainda atingido os sete anos, sobretudo as menores, e, a partir daí, segundo Debret, eram entregues à tirania dos outros escravos.

O comércio escravista **não considerava** as uniões dos infelizes como famílias: vendiam-se separadamente homens, mulheres e crianças.

A gravidez de uma escrava normalmente não era vista como fato interessante em termos de multiplicação da mão de obra disponível, mas como oportunidade para ter-se uma ama-de-leite disponível. Um escravo adulto, “importado” da África, normalmente pagava o investimento com um ano de trabalho, sendo esta razão suficiente para desinteresse na reprodução da mão de obra em cativeiro. Tudo potencializava o risco de morte prematura dos filhos de escravos. Como discorrem Rizzini e Pilotti¹⁰:

O escravo era elemento importante para a economia da época. Era mais interessante, financeiramente, para os donos das terras importar um escravo que criar e manter uma criança, pois com um ano de trabalho, o escravo pagava seu preço de compra. As crianças escravas morriam com facilidade, devido às condições precárias em que viviam seus pais e, sobretudo, porque as mães eram alugadas como amas-de-leite e amamentavam várias outras crianças.

Uma tabela de nascimentos e mortes do Serro Frio (atual Serro), do ano de 1776¹¹, bem ilustra a situação crítica das pessoas de origem africana ou afrodescendentes, registrando: a) para pessoas consideradas brancas, 475 nascimentos e 246 óbitos; b) para pessoas consideradas pardas, cabras e mestiças, 717 nascimentos e 239 mortes; c) para pessoas consideradas pretas ou crioulas, 544 nascimentos e 596 mortes. Tais dados mostram o interesse em permitir o crescimento das populações branca e parda, assim como o interesse em impedir o crescimento da população africana ou afrodescendente.

⁹ Criança Esquecida das Minas Gerais, in HISTÓRIA DAS CRIANÇAS NO BRASIL, Mary Del Priore: organizadora, 6ª edição, São Paulo: Contexto, 2007, p. 111

¹⁰ Infância sem disfarces: uma leitura histórica, in A ARTE DE GOVERNAR CRIANÇAS: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil, Irene Rizzini, Francisco Pilotti, organizadores, 2ª edição, São Paulo: Cortez, 2009, p. 18.

¹¹ Id. *Ibid.* p. 116.

“Um escravo adulto, ‘importado’ da África, normalmente pagava o investimento com um ano de trabalho.”



A decantada Lei do Ventre Livre, ao contrário do que o leigo possa supor, não pôs em liberdade imediata os filhos de escravos nascidos após sua vigência. Uma tal revolução, com aspectos econômicos, culturais e legais, não se daria sem resistência e sem que a imaginação imperial construísse um modelo transicional. Assim é que o filho de escravos deveria ser criado e tratado pelo proprietário de sua mãe até os oito anos de idade, a partir de quando surgiriam duas opções: a) receber do Estado indenização de 600\$000; b) utilizar-se dos serviços da criança até que completasse 21 anos. Pouquíssimas vezes houve indenização pelo Estado, preferindo os donos de escravos a utilização da força de trabalho da criança, dos oito aos 21 anos¹². Somente na hipótese de reconhecimento judicial, em esfera criminal, de maus tratos, poderia o ingênuo antecipar sua liberação dos trabalhos previstos, conforme disposto no § 6º do art. 1º da Lei 2.040/1871.

Crianças abandonadas

Não há nenhuma novidade na temática das crianças abandonadas em Portugal ou no Brasil. Em 1521, D. Manuel já ordenava às Câmaras Municipais atenção ao tema, facultando criação de impostos para o necessário custeio. Num fenômeno que transcendeu os períodos colonial e imperial, causa frequente de abandono foi a “honra da família”. Assim, as crianças concebidas e nascidas de relações não acobertadas pelo matrimônio tinham como destino comum serem deixadas em locais de fácil acesso tanto a pessoas de bem (em frente a casas e igrejas, em praças públicas) como a animais diversos, que devoravam os neonatos. Tal situação motivou a criação de asilos para as crianças qualificadas como expostas¹³.

Em 1726 criou-se a primeira **Roda dos Expostos**, na Bahia, seguindo-se, em 1738, a criação de idêntico dispositivo no Rio de Janeiro. A partir de então, outras tantas rodas surgiram por cidades da colônia.

O índice de mortalidade nas casas de expostos, apurado em meados do século XIX, atingia a assombrosos 70%. Consta que a Roda dos Expostos de São Paulo somente encerrou atividades em 1948, enquanto a do Rio de Janeiro teria funcionado até 1935, muito embora legalmente extintas em 1927¹⁴, ano em que foi instituído o primeiro “Código de Menores” no Brasil.

Tratava-se de dispositivo onde eram colocadas as crianças recém-nascidas, indesejadas ou enjeitadas pelas famílias de origem, com preservação da identidade pessoal e familiar de quem praticava o ato de entrega. As casas de recepção dessas crianças denominavam-se Casas de Expostos, onde a permanência chegava até aproximadamente os sete anos de idade. A partir de então, as crianças eram encaminhadas ao juiz de órfãos, que decidia seu destino.

“Populações ditas
“vadias”, sem
ocupação ou
perspectiva,
vagueavam pelas
cidades e campos,
enveredando pelo
crime e causando
preocupação às
autoridades e à
sociedade.”

Crianças “vadias”

Não há novidade alguma no tema das crianças que vivem aos bandos, em companhia de adultos sem profissão e destino, pelas ruas das cidades, deixadas à própria sorte pela família, pela sociedade ou pelo Estado. Embora sem relatórios específicos, posto que a infância não despertava, na colônia e no império, atenção das autoridades, senão quando comprometida a paz ou o sossego público, registros há que, direta ou indiretamente, informam a questão. Populações ditas “vadias”, sem ocupação ou perspectiva, vagueavam pelas cidades e campos, enveredando pelo crime e causando preocupação às autoridades e à sociedade, reproduzindo-se em sua exclusão.

Da pouca documentação disponível e da sucessão de leis e outros atos normativos deduz-se a realidade da infância carente e desvalida, mesmo na colônia e no império. Neste sentido, vem a talhe o seguinte trecho de Caio Prado Júnior¹⁵:

¹² RIZZINI, Irene. Crianças e Menores – do Pátrio Poder ao Pátrio Dever. Um histórico da legislação para a infância no Brasil, in A Arte de Governar Crianças: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil, Irene Rizzini, Francisco Pilotti, organizadores, 2ª edição, São Paulo: Cortez, 2009, p. 104. Dos mais de 400.000 ingênuos registrados até 1885, apenas 118 foram entregues ao governo, com indenização aos proprietários das mães respectivas, o que claramente demonstra a insignificância da opção ante a composição social e o quadro econômico brasileiro.

¹³ RIZZINI, PILOTTI, op.cit. p. 19.

¹⁴ Id. Ibid. pp. 19/20.

¹⁵ Op. cit, p. 281.

Finalmente a última parte, a mais degradada, incômoda e nociva é a dos desocupados permanentes, vagando de léu em léu à cata do que se manter e que, apresentando-se a ocasião, enveredam francamente pelo crime. É a casta numerosa dos “vadios”, que nas cidades e no campo é tão numerosa, e de tal forma caracterizada por sua ociosidade e turbulência, que se torna uma das preocupações constantes das autoridades e o leitmotiv de seus relatórios; e não se ocupam menos dela outros observadores contemporâneos da vida colonial. O Vice-Rei Luís de Vasconcelos se queixa deles amargamente, e urge providências ao deixar o governo em 1789.

O Código Penal do Império (Lei de 16 de dezembro de 1830), no § 1º do art. 10, fixa a inimputabilidade dos menores de 14 anos, denotando a preocupação da administração com o fenômeno da violência praticada pelos não adultos. De lembrar que a legislação não se antecipa aos fatos, mas vem depois, quando a sociedade se vê despertada por uma realidade incômoda, contrastante com seus princípios, valores ou conveniências. Sem um conjunto fático revelador, não haveria razão para a previsão de imputabilidade em desfavor de crianças e, pior ainda, o recrudescimento desse entendimento por ocasião do Código Penal de 1890 (Decreto 847, de 11 de outubro), que reduziu a imputabilidade para nove anos de idade, como se criminalizar a conduta do desamparado resolvesse o problema.

Desde a colônia, passando pelo império e chegando à república, a população desvalida, um grande contingente que hoje, nas cidades, forma a denominada população de rua,

sempre foi vista como um problema jamais resolvido e, possivelmente, irresolúvel. Gerações e mais gerações perderam-se por ruas e vielas das cidades e pela insegurança dos campos.

A pecha de “vadios” marginalizou séculos de desassistência à nossa infância, criminalizando sua conduta e contribuindo seriamente para a definitiva exclusão daqueles que jamais tiveram reconhecido verdadeiro status de cidadania.

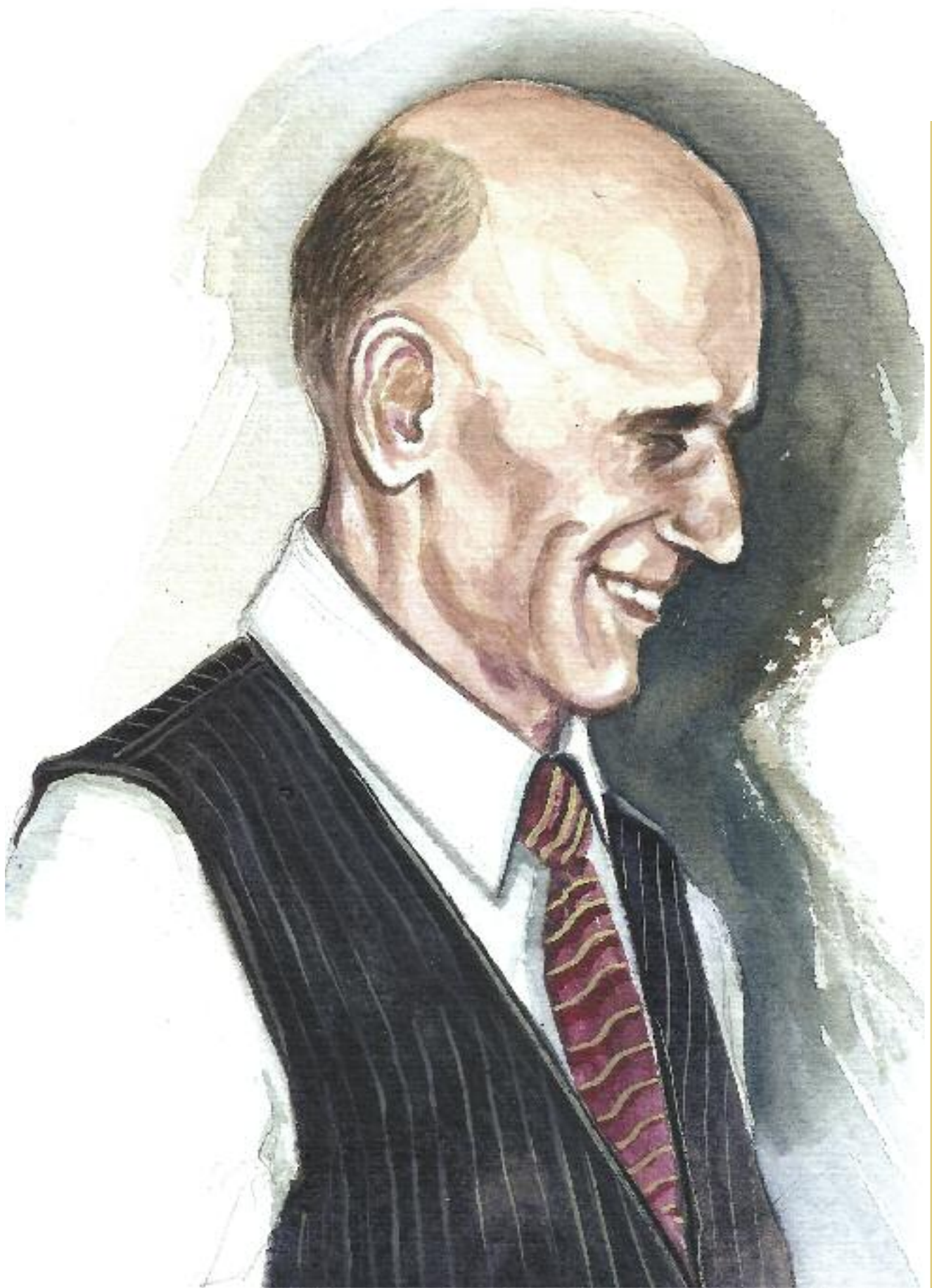
Considerações finais

A realidade atualmente enfrentada pela criança em nosso país nada tem de novo. Suas raízes podem ser encontradas na primeira metade do século XVI. A sucessão de recomendações e a criação de instituições dedicadas ao longo dos períodos colonial e imperial mostrou-se carente de substância e determinação verdadeira de estado.

Observando os acontecimentos com o distanciamento dos ciclos econômicos, das concepções sociais e de estado, a falta de um projeto de criação de uma sociedade vocacionada à formação de uma nação, aliada à exploração predatória em favor de interesses exclusivamente localizados além-mar, conduziu a uma despreocupação com o futuro que sacrificou exatamente a mais bela expressão das esperanças de todos os povos: a criança.

Séculos de história desaguando no presente, praticamente tudo ainda está por fazer...

“A sucessão de recomendações e a criação de instituições dedicadas ao longo dos períodos colonial e imperial mostrou-se carente de substância e determinação verdadeira de estado.”



Abgar Renault, figura solar

Eduardo Almeida Reis

Escritor, cronista do jornal Estado de Minas, membro da Academia Mineira de Letras

“**D**outor Abgar. O Andreazza me disse que o senhor não tem onde cair morto, que vive do salário de professor do Pedro II, mas pode ficar tranquilo que vou nomeá-lo ministro do Tribunal de Contas”.

Arthur da Costa e Silva, presidente da República.

Pedem-me que fale de Abgar Renault, poeta, professor, educador, homem público, ensaísta e tradutor. Não sendo crítico literário, peço licença para falar do tio Abgar, admirável figura humana, que conheci em casa ao longo de meio século.

Do Abgar casado com minha tia, homem alegre, crítico, poliglota, inteligência esfuziante, cultura multifária, nota máxima no exame para a cátedra do Colégio Pedro II, quando traduziu Shakespeare em verso. Ministro da Educação que assumiu a pasta reunindo os oficiais de gabinete para avisar, a sério, que a utilização dos advérbios *adrede* e *outrossim* seria motivo de demissão sumária.

Candidato a senador pelo Estado de Minas Gerais, expulsou de sua casa belo-horizontina, no quarteirão da Padaria Savassi, um sargento que o procurou propondo a venda de milhares de votos.

Amigo inseparável de Gustavo e Carlos, que se assinavam Capanema e Drummond de Andrade, risonho, jovial, extrovertido, transformava-se numa fera na defesa dos dinheiros públicos. Vivendo sempre dos salários não muito brilhantes dos cargos que ocupou, visitava a Europa uma vez por ano como delegado brasileiro à reunião da Unesco, recebendo passagens e pequenas diárias. Nessas viagens não se esquecia de trazer um presentinho modesto para cada um dos seus parentes e amigos. Nunca me faltou com uma latinha de fumo Dunhill para cachimbo, vício que cultivei naqueles idos.

Amigo do coronel Andreazza, foi convidado para redigir alguns dos discursos de Costa e Silva, que se assombrava com os seus conhecimentos sobre os mais diversos assuntos: “*Como foi que o senhor aprendeu tudo isso?*”, perguntava o presidente.

Certa feita, o neurologista Ackerman, da equipe do velho Paulo Niemeyer, manifestou o desejo de conversar com Abgar sobre poesia inglesa do século XVIII. Jantar em casa de minha mãe. Comprei os dois melhores tintos franceses que encontrei no Rio, jantamos, Abgar pegou sua xícara de café e sumiu. Tinha esse hábito: deitava-se de terno, colete e gravata, com os sapatos para fora da primeira cama que encontrasse, botava o café na mesinha de cabeceira e dormia uma hora, hora e meia, para tomar o café frio quando acordasse.

Abgar sumido e nós, sem a mais mínima noção de neurologia ou de poesia inglesa do século XVIII, fazendo sala ao médico genial. Ackerman estudava tapetes orientais. Certa feita, chamado para atender uma paciente em domicílio, assustou a dona da

casa, que, descendo a escadaria para receber o doutor, encontrou um cidadão de gravata-borboleta, ajoelhado no chão, assoprando furiosamente o tapete para contar o número de nós por centímetro quadrado.

Lá ficamos, minha mãe e eu, procurando entreter o neurologista até que Abgar reapareceu, café frio tomado, para conversar sobre poesia inglesa do século XVIII até o dia clarear.

Dar importância às pessoas não importantes [leia boxe] era uma das características do grande mineiro. Ministro de Estado, ministro do TCU, conhecia os funcionários subalternos pelos nomes, pedia notícias das famílias, conversava sobre os mais diversos assuntos.

Divertia-se com um ascensorista do Tribunal, que se dirigia aos ministros: “Bom dia, Vossa Excelência”; “Obrigado, Vossa Excelência”; “Terceiro andar, Vossa Excelência”.

Abgar de Castro Araújo Renault – Barbacena, 15 de abril de 1901, Rio de Janeiro, 31 de dezembro de 1995 – figura solar da *intelligentsia* brasileira.

Frases

De seu livro *Reflexões efêmeras*, pequena tiragem para presentear amigos, recolho algumas frases para MagisCultura.

- A burrice nacional leu *endurance* como indicativo de provas de motociclistas nas quais se experimenta a resistência e não a velocidade, e logo traduziu aquela palavra por *enduro*. É demais para os nervos de qualquer mortal!
- Em matéria de linguagem, quem não desconfia está perdido.
- Não é ter saúde que é bom: não a ter é que é ruim.
- Não emagreço mais por falta de espaço.
- As orelhas e o nariz previram os óculos.
- Não gosto de anedotas com prefácio.
- Só se diz: “Você está muito moço!” a quem já está velho.
- Getúlio Vargas estava deposto e perdido, sem remédio, a partir do instante em que usou, na carta testamento, o verbo *obstaculizar*.
- Uma das coisas que mais estimo é esparadrapo.
- Como dizia um caboclo do interior mineiro: “Qual! Este país é mesmo muito nacional!”
- Desde a teoria dos *quanta*, de Max Planck, o Homem passou a saber mais do que pode.
- Já é tempo de que o escrever erradamente deixe de ser a carteira de identidade dos homens de letras no Brasil.
- Duas coisas há que exigem cama imediata: gripe e amor.
- Todo mundo se acostuma com a calvície, salvo o seu proprietário.
- É muito importante dar importância às pessoas não importantes.



A partilha

Carlos Alberto Tavares Corrêa Barbosa
Juiz de direito aposentado

Muito antes de se instalarem os juizados de conciliação, hoje considerados um instrumento valioso para a pacificação das pessoas, alguns juizes tinham certo jeito para solucionarem pela via do acordo as pendências judiciais que, sem a solução consensual, se arrastariam por anos, entulhando de processos os bolorentos escaninhos dos cartórios judiciais.

O dr. Cantídio era um desses abnegados conciliadores. Com aquele seu semblante pacificador e aquela aparência calma. A voz firme, mas de fala mansa e um jeito de olhar sereno que inspirava confiança e incutia nas pessoas a certeza naquilo que afirmava, além de ser exímio no poder de convencimento.

Sua aparência física mais se assemelhava à de um sacerdote. Usava sempre ternos escuros, camisa branca impecavelmente engomada e gravata discreta. Os cabelos penteados com alinhavam-lhe um ar reverencial e uma postura hierática, sendo ele a própria imagem da paz.

Era raro o processo ou demanda em que o dr. Cantídio não arrancava das partes uma solução conciliadora. Porém, aquele inventário no qual a viúva e os 11 herdeiros de um rico fazendeiro, que falecera sem deixar testamento, não se entendiam quanto à partilha amigável das terras e dos animais, estava tirando o sossego daquele magistrado pacificador.

Já havia marcado uma audiência, na qual, a par de um engaçado acontecimento que deixara registrada a intolerância de um dos herdeiros, não se conseguira um acordo.

Na referida audiência, estimulado pelo dr. Cantídio, um dos herdeiros propusera para aquele outro herdeiro intolerante, sob a forma de torna ou compensação, a cessão de sementes de um tipo de capim muito valioso e cobiçado nos meios rurais.

O gesto conciliador, ao contrário do que se esperava, provocara no intolerante herdeiro a antipatia de dizer em tom de provocativa empáfia: “Eu não gosto de capim”. A resposta foi imediata por parte do outro, que de bate - pronto sacou: “Mas não é para tu comeres o capim, sua besta”.

A gargalhada geral servira apenas para acirrar a intolerância daquele renitente herdeiro, mas não para provocar a desistência do dr. Cantídio que, depois de algum tempo, conseguiu fazer o que parecia impossível: realizar uma partilha amigável, contemplando satisfatoriamente o quinhão hereditário de cada um com terras e animais.

Todos satisfeitos, homologada a partilha, o reino da paz teve pouca duração. Novo litígio se instalara entre os herdeiros que novamente se desentendiam em torno do nascimento de um bezerro. É que o rebento bovino nascera de uma vaca que tocara na partilha a um dos herdeiros, mas que fora “enxertada” pelo touro que coubera na partilha ao herdeiro intolerante.

A situação parecia novamente impossível de ser resolvida, já que ambos reivindicavam a propriedade do bovívdeo nascituro, ao que tudo indica de considerável valor, além do que, outro fato

parecia complicar ainda mais a questão da propriedade do bezerro, já que o nascimento ocorrera nas pastagens que, por partilha, couberam à viúva, diante do que um dos herdeiros já havia afirmado: “O bezerro é da mamãe”.

Diante do imbróglio, uma ideia salvadora ocorrera aos contendores: voltar no juiz para ele resolver o caso!

Mas quis o destino afastar o dr. Cantídio dessa nova pacificadora missão. É que o sereno magistrado não estando no Fórum naquele momento, os herdeiros foram ter com o enérgico promotor, que nem de longe tinha o espírito conciliador e pacífico.

Estando o promotor com a porta aberta e entretido com os seus afazeres e processos, um dos herdeiros chegou à porta e sapecou a seguinte indagação, que, apesar de simplória e desconhecida por aquele representante do Ministério Público, tinha tudo a ver com a solução do litígio:

“Dá licença, ‘Dotô’. Por exemplo, se eu sou um touro e o senhor é uma vaca e eu enxertei o senhor, de quem é a cria?”.

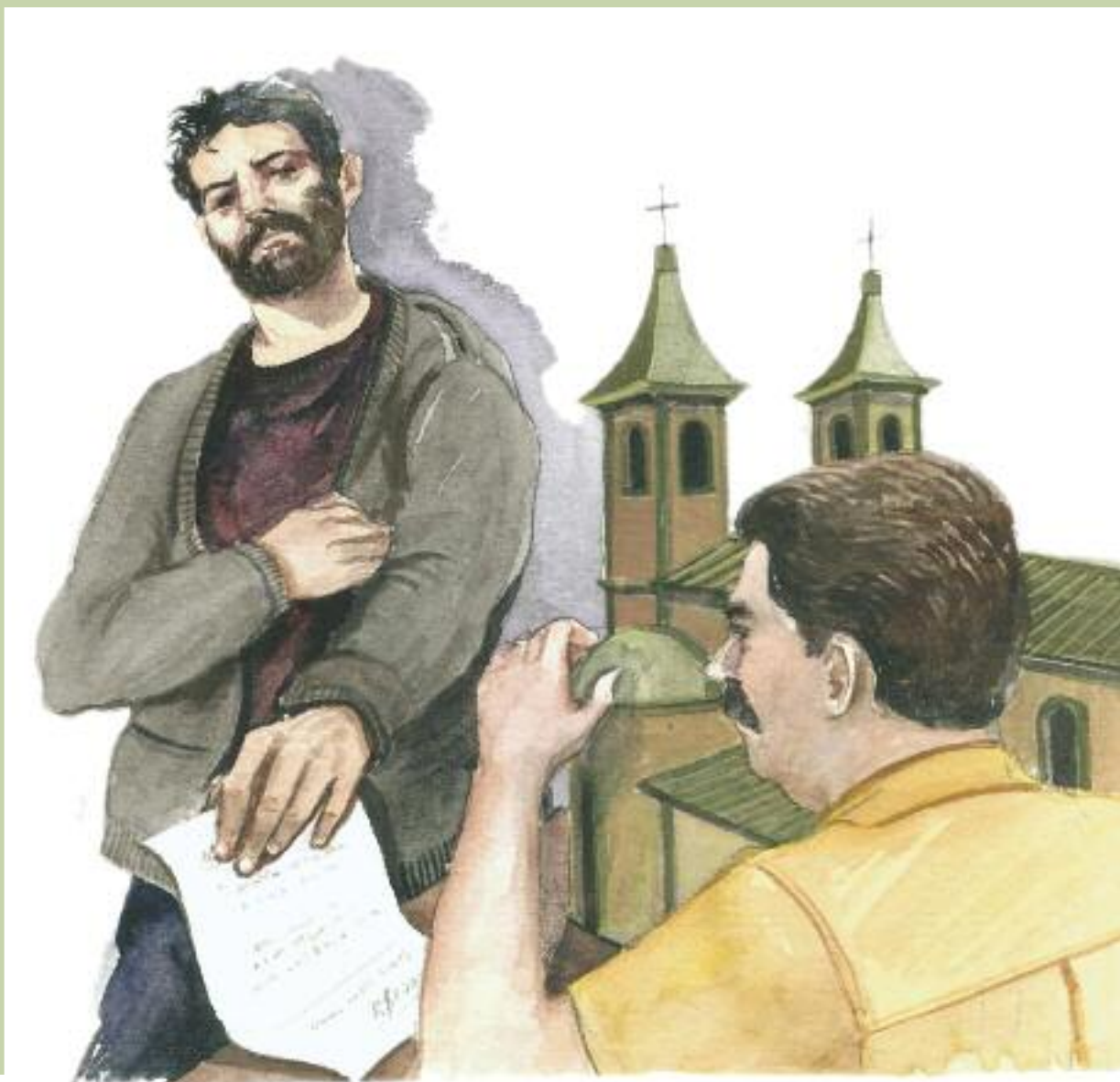
Diante do aparente despropósito da indagação, a expressão irada do promotor mais parecia a de alguém que avistara o próprio capeta em pessoa. Vermelho de raiva, diante de uma pergunta que lhe parecia um desrespeito e um insulto, entre os dentes, o coitado respondeu ao que lhe parecia uma ofensa, gritando: “É da sua mãe!”.

Houve um breve silêncio, mas logo um dos herdeiros falou: “A questão está resolvida, o bezerro é mesmo da mamãe e pronto”.

Assim, sem querer, aquele representante do Ministério Público se tornara também um conciliador.

A respeito do assunto, os cantadores da cidade fizeram a seguinte toada:

*Nem mesmo o juiz resolvia a questão
Que o promotor deu solução.
Por ele foi feita a partilha
Do bezerro leiteiro,
Não deu pro filho ou pra filha,
Mas para a mãe do herdeiro.*



O artista espanhol

Márcio Aristeu Monteiro de Barros
Desembargador do TJMG, aposentado

Houve época em que os políticos se envolviam em tudo. E como se envolviam! Inexistia quadro de delegados de polícia e as nomeações para os municípios eram feitas por indicação do deputado majoritário e do Poder Executivo.

Havia acerto quando se escolhia um cidadão de bem para o cargo, que era honorífico – não havia remuneração.

Em Vargem dos Pilares, foi nomeado Francisco Bustamonte, homem de vida irregular, com um passado repleto de crimes, sem julgamentos. Foi indicado pelo político local para ajudar a agremiação a que ele pertencia.

Além de não gozar de boa conduta, Francisco tinha, para completar, um filho que se gabava de ter cometido homicídios, que não foram apurados por ausência de autoridade que, em verdade, buscasse a ordem do município. Dario era o nome. Era só pronunciar esse nome, toda a sociedade temia. Como a comarca não tinha um Poder Judiciário firme, passou-se a usar um sistema de dar ao Dario os títulos de cobrança contra os devedores, que, atemorizados, acabavam efetuando os pagamentos, alguns até extorsivos.

O tempo era esse.

O padre, ligado à política dominante, sonhava em construir uma igreja que fosse a réplica de outra de sua terra.

Um plano foi feito: seria trazido da Europa um artista que pudesse concretizar o sonho do pároco; e este lembrou-se de um conterrâneo que preenchia as qualidades para levar avante o seu ideal.

Trazido ao Brasil sem saber falar uma palavra em português, chegou a Vargem dos Pilares o renomado profissional espanhol.

A paróquia era pobre. Como pagar um rendimento justo ao artista que deixara sua terra e trouxera a família para viver aqui!?

Uma verba do governo federal foi obtida e, assim, iniciados os trabalhos do artista, que alugara uma casa para sua família e, próximo à igreja, um cômodo para ser a oficina de trabalho.

Toda a cidade estava encantada em acompanhar a maquete da obra, idealizada pelo pároco e realizada pelo artista.

Tudo corria bem, até que se esgotou a verba federal, o exaustivo trabalho do artista deixou de ser remunerado e as dívidas foram-se acumulando. Embora o artista procurasse o pároco para tratar desse assunto, este dizia estar aguardando uma nova verba, a fim de cumprir o ajustado com ele.

O tempo foi passando... Três meses sem pagar o aluguel da casa, e o artista trabalhando todo dia, na esperança de que o pároco não faltasse com a palavra assumida.

Dario foi procurado pelo proprietário do imóvel. Queria que ele cobrasse o aluguel em atraso.

O temido homem procurou o espanhol na oficina. Sem que ambos trocassem palavras, o cobrador exibia os recibos do

aluguel em atraso e a soma do débito. Com gestos, o temido cobrador dissera ao espanhol que no outro dia retornaria para receber o devido.

O espanhol procurou o padre, que demoveu sua preocupação: em breves dias, receberia uma verba e tudo seria solucionado.

O padre dissera ao espanhol:

– Não se preocupe, apesar de Dario ser perigoso e mau caráter, o chefe político não deixaria que algo lhe acontecesse.

A vizinha da oficina ficou preocupada ao ver Dario na oficina. Resolveu procurar o religioso, dizendo-lhe:

– Padre Jaime, eu não tenho nada com isso, mas estou preocupada com o que pode ocorrer ao espanhol. O Dario não é homem confiável e piedoso!

– D. Zinha, não se preocupe, disse o padre.

Nada acontecerá ao espanhol, porque ele tem íntima ligação com o chefe político local. Foi quem indicou o nome de Francisco para delegado municipal.

O coletor fazendário, homem já conhecedor de Dario, procurou também o pároco para dizer de sua preocupação.

O pároco tranquilizou o coletor, dizendo que nada aconteceria ao espanhol, porque ele tinha também voz ativa na corrente partidária que fizera a nomeação de Francisco para o cargo.

“Trazido ao Brasil sem saber falar uma palavra em português, chegou a Vargem dos Pilares o renomado profissional espanhol.”

“Nada acontecerá ao espanhol, porque ele tem íntima ligação com o chefe político local. Foi quem indicou o nome de Francisco para delegado municipal.”

No outro dia retornou à oficina o perigoso Dario, tentando dizer ao espanhol que o pagamento teria de ser feito naquele dia, no máximo até a tarde.

O espanhol procura novamente o pároco para dizer de seu receio com a insistência do cobrador a exhibir arma de fogo para ele e, mais uma vez, o padre:

– Não precisa temer, nada acontecerá!

O zelador da igreja, que ouvira a conversa, disse ao pároco:

– Padre Jaime, não subestime a pessoa de Dario, ele é profundamente mau.

Começou a relembrar os crimes tidos como cometidos por ele e demonstrou apreensão para com o espanhol. O pároco retrucou:

– Eusébio, saiba uma coisa: para Francisco ser delegado municipal, tive de aprovar seu nome e assumir que o pai não deixaria o filho fazer qualquer besteira.

De volta do almoço, o espanhol foi surpreendido com a presença de Dario que, como não recebera o aluguel devido, começou a colocar os instrumentos de trabalho em uma caixa grande, para impedir o artista de trabalhar.

Com todos os apetrechos de trabalho levados por Dario, o espanhol retorna ao padre, dizendo da impossibilidade de produzir, porque todos os instrumentos foram levados por Dario.

O padre, indo à delegacia, foi informado por Francisco que o seu filho deixara em um cômodo do prédio ditos materiais.

O padre, gritando:

– Francisco, devolva imediatamente ao espanhol todo o material trazido por Dario, se é que ainda pensa em permanecer na função.

Francisco levou de volta à oficina todos os apetrechos deixados na delegacia, e o espanhol reiniciou seu trabalho.

Minutos depois, chega à oficina Dario. Começa a retirar novamente o material de trabalho do espanhol; aponta-lhe uma arma de fogo para amedrontá-lo. A vizinha vem à cena e nada pode fazer.

O espanhol caminha em direção à casa paroquial, quando em sua frente aparece Dario que descarrega sua arma de fogo contra o artista, que tomba morto no chão.

A vizinha começa a gritar. As pessoas vão-se aproximando do corpo do espanhol e Dario calmamente deixando o local.

O padre, ante a gritaria do povo, deparou com o espanhol morto. Na polícia disse ao Francisco:

– Se quer permanecer na função, ponha na cadeia o filho criminoso até as cinco horas da tarde.

Francisco não conseguiu encontrar-se com o filho e, procurado pelo chefe político, ouviu dele:

– Você não é mais delegado municipal. Já comuniquei ao secretário de Segurança Pública que o partido do poder não o quer mais como delegado.

No outro dia, mais de 60 soldados passaram a procurar Dario por todo o município e acabaram por encontrá-lo em uma gruta distante da cidade. Trazido, foi colocado no xadrez por exigência do padre e do chefe político.

Posteriormente, Dario foi julgado e condenado, mas a violência continuou.

O desembargador do cinema sai de cena

Manoel Marcos Guimarães
Jornalista e editor da *MagisCultura*

A melhor homenagem póstuma ao desembargador Sérgio Braga deveria vir em forma de filme e não de um simples texto, como a que podemos fazer aqui na *MagisCultura*. Amante e cultor das artes em geral, ele tinha preferência toda especial pela sétima, o cinema, que acompanhava com o rigor de um estudioso e com o prazer de um bom apreciador.

Já no número inaugural de nossa revista, da qual foi um dos principais incentivadores e membro do Conselho Editorial, ele brindou os leitores com denso artigo sobre o Cineclube do Tribunal de Justiça de Minas Gerais, criado por sua iniciativa, e o cineasta polonês Andrzej Wajda.

Textos como o que publicamos naquela ocasião ele os produzia a cada sessão do Cineclube, distribuindo-os entre os presentes, para **reflexão e debate** sobre a arte cinematográfica.

No terceiro número de *MagisCultura* ele comentou a profusão de 'melhores filmes' que circulam pela mídia – "a maioria baseada em critérios de mercado" – e cometeu o que chamou de "pretensão", ao fazer a sua própria lista de melhores, atualizando a relação de 71 filmes que fizera ainda aos tempos de estudante e ampliando-a para 104.

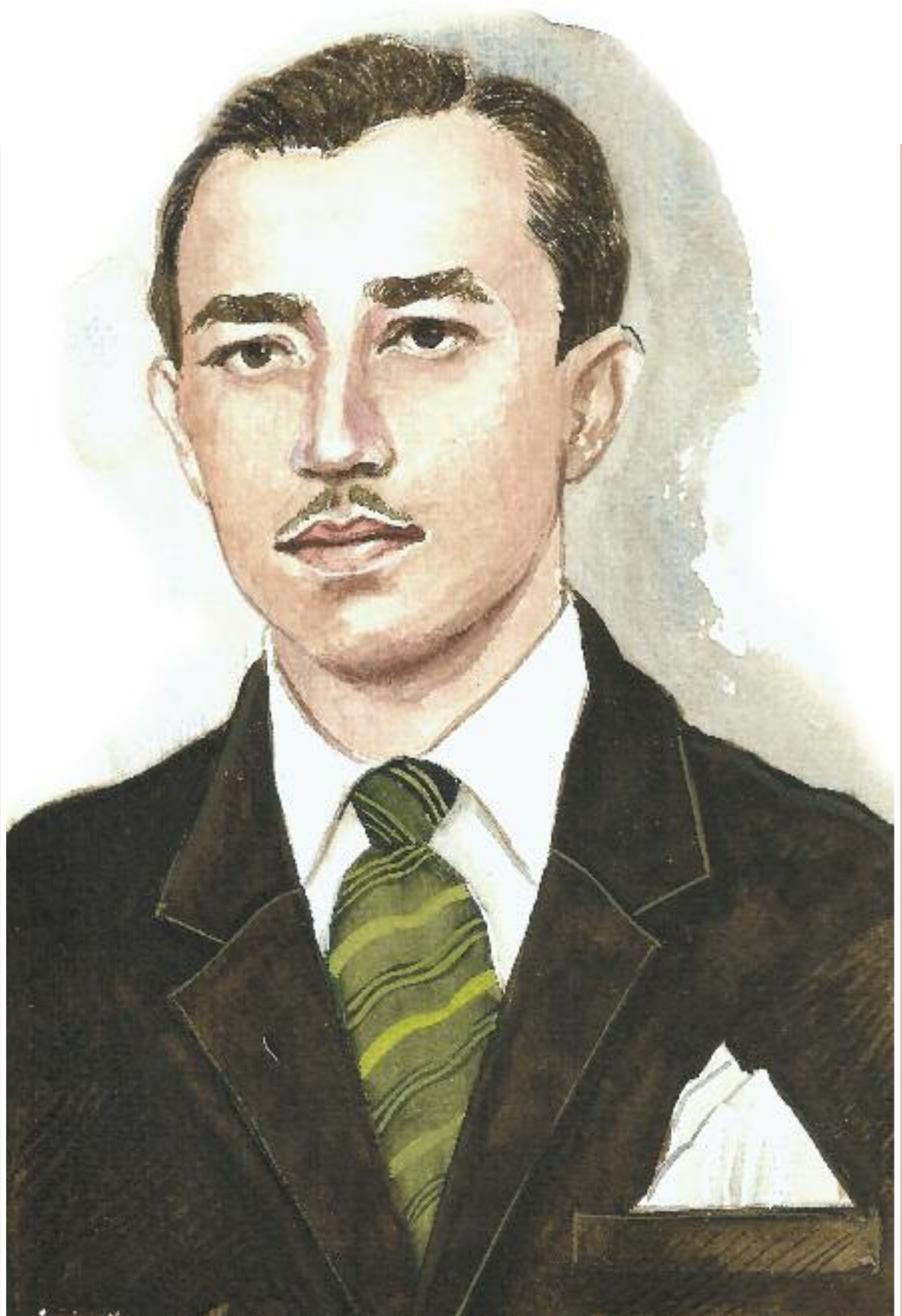
Promotor de justiça de 1974 a 1976, juiz de direito de 1976 a 1992, quando foi promovido ao Tribunal de Alçada, e promovido a desembargador do TJMG em 2002, jamais se afastou da militância literária e cultural, em todas as comarcas em que atuou, publicando artigos, fazendo palestras ou participando de outras atividades. No TJMG, foi o principal responsável pela criação do Cineclube, que manteve em funcionamento enquanto pôde, buscando os melhores filmes para exibição e motivando colegas e funcionários do Tribunal a não só assistirem a eles, mas também a debatê-los.

Falecido em novembro de 2010, o desembargador Sérgio Braga mereceu voto de pesar proferido pela 2ª Câmara Cível do TJMG em sua sessão de 16 de novembro de 2010. Autor do voto, o desembargador Roney Oliveira destacou a trajetória dele e o classificou como 'um monstro sagrado da magistratura', no que foi acompanhado pelo presidente da Câmara, desembargador Caetano Levi Lopes, pelos desembargadores Afrânio Vilela e Brandão Teixeira e pelo procurador de justiça Jacson Campomizzi Filho.

Braga e o cinema

"[...] o cinema, muito mais que apenas entretenimento ou diversão, é para mim como se fosse o fornecimento de uma linguagem diferenciada aos pensadores que, a partir do século XX, passaram a se exprimir através de seus filmes e não mais apenas por tratados ou livros. E como a linguagem audiovisual ganhou um avanço tecnológico fantástico, as novas gerações têm muito mais referências para citar e nas quais apoiar suas posições no mundo a partir de obras cinematográficas do que mesmo em grandes clássicos da literatura." (*in MagisCultura* 03, março de 2010)





Antônio Lopo Montalvão, um bandeirante moderno

Luiz Carlos Biasutti

Desembargador do TJMG, aposentado

Por ocasião do bicentenário da Revolução Francesa, o professor Jacques Solé, da Universidade de Ciências Sociais de Grenoble (França) escreveu notável trabalho intitulado “A Revolução Francesa em Questões”, com tradução feita por Aldo Porto e Marcos Santamaría (Jorge Zahar Editor, Rio de Janeiro). A obra do professor Solé foi elogiada por todos os especialistas e marcou profundamente o pensamento moderno.

A conclusão do livro é interessante: “A revisão crítica da história da Revolução inspira-se em valores que ela partilhava (preocupação com os humilhados e ofendidos, direito das pessoas e das consciências, respeito pelas diferenças), mas que não pôde por em prática, deixando essa incumbência aos seus herdeiros (*grifos nossos*). Limitar o alcance histórico da Revolução Francesa à sua deriva terrorista e burocrática constitui, qualquer que seja o preconceito que a cause, um erro de julgamento.”

Esta é uma preliminar que faço ao ter conhecimento mais profundo da incrível odisséia de Antônio Lopo Montalvão, um mito moderno interessante da mais setentrional região de Minas Gerais onde o rio São Francisco entra na Bahia.

As origens da região

Pelos meados do século XVII, os bandeirantes paulistas Antônio Figueiras e Januário Cardoso chegaram ao norte de Minas Gerais e ali enfrentaram várias tribos de índios, habitantes primitivos das regiões do rio São Francisco. Estes bandeirantes afugentaram os índios para o interior do Goiás e fundaram pequenos arraiais, sempre à procura de ouro e pedras preciosas. Antônio Figueiras fundou o arraial de São Caetano do Japuré, onde foi construído o primeiro engenho de rapadura.

A família Lopo Montalvão chegou de Portugal ainda no fim do século XVIII e dedicou-se ao comércio, principalmente à venda de sal. Cecílio Lopo Montalvão, pai do nosso herói, possuía fazendas herdadas e adquiridas que iam de Manga a Bom Jesus da Lapa, na Bahia. Os Montalvão, Pastor e Pereira eram senhores de vastas terras na região. O arraial de Manga ficava perto do arraial de São Caetano do Japuré e dispunha de um porto no rio São Francisco. Graças à grande quantidade de pastagens nos arredores, Manga teve considerável progresso e foi elevado à categoria de município em setembro de 1923.

Jovem aventureiro

Antônio Lopo Montalvão nasceu em 13 de junho de 1917 na fazenda Cachoeira que pertenceria, mais tarde, ao município de Manga. O nome foi homenagem ao santo do dia.

Cursou regularmente até o terceiro ano primário e todos os grandes fatos que promoveu ao longo da vida decorreram do seu impressionante autodidatismo. Durante vários anos ajudou seu pai no comércio, criação de gado e viagens de negócios.

Conhecendo o movimento do pessoal que estava indo para Goiás, onde o governo construía a nova Capital, para lá se dirigiu e se empregou nas obras. Envolveu-se numa briga com um protegido da família Ludovico, governador daquele Estado, e seu adversário acabou morto com um tiro disparado pela própria arma.

Voltou para Minas e na fazenda do pai conseguiu meios para fugir do cerco policial goiano. Esteve em vários estados e, por fim, foi viver em Buenos Aires, onde trabalhou em livraria e aproveitou o tempo estudando espanhol e inglês. Foram anos de muita leitura e estudo que seriam determinantes em sua vida e na de toda uma comunidade.

O inovador revolucionário

Em 1947, retornou a sua terra natal e foi morar na atual vila de São Sebastião de Poções, município de Manga. Chegou cheio de ideias progressistas, abrindo uma casa comercial em que vendia de tudo.

Montalvão procurou transformar o pequeno mundo ao seu redor: adquiriu um motor a diesel, trazendo energia elétrica para o lugar, e instalou um mecanismo de alto-falantes que permitia a todos os moradores da vila acompanhar as notícias transmitidas pelo “Repórter Esso”, então o mais importante programa noticioso do rádio brasileiro.

Sua peregrinação pelo Brasil e, principalmente, pela Argentina incutiu-lhe na alma uma obsessão pelo progresso da região: era preciso melhorar aquele pedaço de Minas tão abandonado. Montalvão pagou do próprio bolso um professor a fim de ensinar às crianças e adultos de Poções.

O político

A fama do progresso realizado no pequeno distrito de Poções chegou até os ouvidos dos descontentes com a política

na cidade de Manga. No livro “Recordações da minha tia”, Carlos Diamantino Alkmin, à página 156, narra a conversa de sua tia, com 86 anos: “Ao retornar a Manga tomei posse na coletoria estadual (...) A política tomou novo rumo, com a forte coligação UDN e PR, favorecendo o surgimento de um candidato a prefeito em condições de vencer as eleições no município: Antônio Montalvão foi o nome escolhido. Nas eleições de 1954 perdeu por duzentos e poucos votos. Mas, em 1958 ganhou apertado por 115 votos.” Dona Lourdes Alkmin lembra: “Com essa frente eu mandei o padre Estevão, um alemão, vigário da nossa paróquia, celebrar 115 missas pela promessa que eu fizera pela nossa vitória”.

Coincidentemente, Montalvão tornou-se prefeito de Manga no ano da instalação desta Comarca, que abrangia um território de 10.500 Km² e era composta pelos atuais municípios de Jaíba, Matias Cardoso, Miravânia, São João das Missões, Montalvânia, Juvenília, além da própria cidade de Manga.

A verdade é que a vitória não foi aceita pelos antigos senhores que mandavam e desmandavam na região havia 40 anos. Como acontece no futebol, o primeiro culpado, para os apaixonados e derrotados, é o árbitro (o juiz). A eleição foi presidida pelo primeiro juiz de Manga, que era também fundador e professor do recém-fundado ginásio da cidade. A região, que não tinha estrada asfaltada, telefone nem luz elétrica, vivia fora do ar. Assim, o juiz estava dando aula no curso de admissão ao ginásio, à luz de lampião, quando foi avisado que havia um complô para atacá-lo. A aula foi suspensa e o juiz, ao passar pela praça da Matriz, foi atacado por um bando de jagunços, tomando uma tremenda surra de cabo de revólver, vindo a ser socorrido pelos correligionários do novo prefeito, que ainda não tinha tomado posse – Antônio Montalvão. O juiz ferido foi levado a Belo Horizonte de avião no dia seguinte. Cada lado político apresenta uma versão para o ocorrido.

Antes de entrar para a vida política, Montalvão tinha adquirido a fazenda “Inhumas”, com 724 hectares, onde sonhava fundar uma cidade mais justa e igualitária. Já em 22 de abril de 1952, lançou ali a pedra fundamental e colocara uma faixa em plena mata virgem com o dístico: “Cidade de Montalvânia”. Como seu governo municipal em Manga foi repleto de dissabores e perseguições, trabalhou pela emancipação do povoado, o que ocorreu em 1962.

Começava, assim, a concretização de um ideal.

“Para compreender as revoluções, as paixões políticas e os que delas participam, deve-se ao mesmo tempo observá-las de muito perto e julgá-las de muito longe.”
(Simon Bolívar).

O amor à terra

Para planejar a cidade de seus sonhos, Montalvão desenhou, em papel de embrulho, as praças e ruas da cidade, já prevendo o lugar para a igreja e a construção de avenidas largas, todas convergindo para o centro.

Antônio Lopo Montalvão, naquela época, não era religioso e fez questão de homenagear os **homens mais importantes** que ele admirava em suas leituras, acreditando que os munícipes, ao se depararem com tais nomes, procurariam saber a respeito daquelas personalidades.

Entusiasmado com a construção de Brasília e com JK, conseguiu fazer uma trilha de 420 km, em linha reta, ligando Montalvânia à Capital do país. Atribuiu a esta trilha o nome “pulo de sapo”.

Doava lotes da cidade para quem ali quisesse fixar residência e trabalhar em prol do desenvolvimento. Fundou escola de qualidade, chamando professores gabaritados que vieram de longe. Asfaltou a cidade com o dinheiro que conseguiu com a venda de uma de suas últimas fazendas. Implantou verdadeira democracia “doméstica”.

Escreveu alguns livros, compilando os conhecimentos adquiridos e experimentados ao longo de sua vida ou elaborando teses holísticas e paleontológicas, enfim, verdadeiros tratados sobre vida e morte analisados por um sertanejo visionário.

Há quem diga, até hoje, que Montalvão se transformava em toco de árvore ou mesmo em onça para despistar inimigos, pois foi alvo de diversos atentados e de todos saiu ileso. Há quem goste e quem não goste, mas o fato é que esta personalidade mineira não pode ser esquecida e deve, sempre, ser lembrada, pois o seu espírito empreendedor e a sua trajetória são a prova de que não há limites para a obstinação.

Morreu em 1992.

Cultas homenagens

As praças, ruas e avenidas receberam nomes de filósofos, cientistas, religiosos, políticos e poetas. Alguns exemplos:

- **Praças:** Cristo Rei, Maomé e Platão.
- **Avenidas:** Aristóteles, Confúcio, Santayana, Buda e Espinosa.
- **Ruas:** Madame Curie, Lao-Tsé, Rousseau, Marco Aurélio, Voltaire, Epicuro, Sêneca, Kant, Pitágoras, Comte, Marx, Strauss, Hegel, Sócrates, Heráclito, Descartes, Pasteur, Copérnico, La Place, Freud, Mendel, Faraday, Einstein, Galileu, Newton, Santos Dumont, Da Vinci, Kepler, Zoroastro, Gandhi, Anuar Sadat, Sólon, J. Kubitschek, Neruda, Montaigne, Plutarco, Paganini, Dante, Picasso, Homero, Camões, Balzac, Aristófanes e Carlos Gomes.

Considerações finais

Um só artigo não comporta o exame das importantes obras que este homem fez para o seu povo. Buscou-se aqui apenas sublinhar uma história, render uma homenagem e trazer à tona uma passagem tão importante oriunda dos remotos cantões das Minas Gerais.

Recomendo aos estudiosos e curiosos em geral que, para maiores e valiosas informações, entrem em contato com o Memorial Montalvão, coordenado e mantido por Zelito, um dos filhos de Antônio: Av. Confúcio, 112, Centro (Cep: 39.495-000); fone: (38) 3614-1528; e-mail: zmontalvao@hotmail.com.

Aos que quiserem conhecer a história *in loco*, são 773 quilômetros a partir de Belo Horizonte, sendo os últimos 64 não asfaltados.





MARILIA DE DIRCEU

Os mares, mltas bellas, não se movem:
 O brando norte assopeja, nem diviso
 Uma nuvem seguir ao sphera toda:
 O destino nauta aqui não é preciso:
 Eu só confio a nau, eu só studero
 Do seu governo a roda.

Mas ah! que o sul calrega, e não se empella
 Ruge-se a vela, o justario se parte!
 Qualquer vento pradoeste aqui il teme:
 Não tenho a necessaria força, e arde
 Cerra o sabio piloto, coera e vomba,
 Reger o duro leme.

Como succede a nau no mar, succede
 Aos lumens na ventura e na desgraça:
 Basta ao felis não ter total derrota,
 Mas quem de vengença a acido gesto
 Deve entregar a scora do discurso
 Nas mãos da ai prudencia.

Todo o céu se cobriu, os raios chovem:
 E esta alma, egonhita pena consternada,
 Não sabe onde possa achar conforto:
 Oh! não, não tardes, vem, Marilia, amad!
 Tomz o leme da nau, mnta o portão,
 Vuosa saltar no porto.

Mas ouço il de Amos, as sabias vozes:
 Elle me diz, que soffra, semão mocho:
 E perco entto, se mocho, uns dozes laços.
 Não quero já, Marilia! mais socorro:
 Oh! ditoso soffrer, que lucrar pôde
 A gloria dos teus braços!

Tomás Antônio Gonzaga

Magistrado, poeta, inconfidente

Marcos Henrique Caldeira Brant
Juiz de Direito em Belo Horizonte

Tomás Antônio Gonzaga nasceu na cidade de Porto, Portugal, em 11 de agosto de 1744, filho do brasileiro João Bernardo Gonzaga e da portuguesa Tomásia Isabel Clark. Órfão de mãe no primeiro ano de vida, mudou-se com o pai em 1751 para o Brasil.

Tomás Antônio Gonzaga nasceu na cidade de Porto, Portugal, em 11 de agosto de 1744, filho do brasileiro João Bernardo Gonzaga e da portuguesa Tomásia Isabel Clark. Órfão de mãe no primeiro ano de vida, mudou-se com o pai em 1751 para o Brasil.

Passou alguns anos da infância nas capitânicas de Pernambuco e da Bahia, onde o pai servia na magistratura inicialmente como Ouvidor-Geral e depois como Desembargador da Relação. Adolescente, retornou a Portugal a fim de completar os estudos, matriculando-se em 1761 na Universidade de Coimbra, na qual concluiu o curso de direito em 1768, aos 24 anos.

Depois de formado, exerceu Gonzaga alguns cargos de natureza jurídica, já tendo advogado em várias causas na cidade do Porto. Candidatou-se a uma cadeira na Universidade de Coimbra, apresentando uma tese intitulada "Tratado de Direito Natural", obra de seu pensamento jurídico-filosófico, ofertada por volta de 1770 ao Marquês de Pombal, tendo em vista a oposição que este fazia às cadeiras na faculdade de leis na Universidade de Coimbra.

Seguindo a carreira do pai, habilitou-se à magistratura, sendo nomeado, em 1779, juiz de fora da comarca de Beja (Portugal), com exercício até 1781. No ano seguinte, é indicado para ocupar o cargo de Ouvidor - Geral na comarca de Vila Rica (Ouro Preto), na Capitania de Minas Gerais.

Nesta época, além do exercício da ouvidoria, Gonzaga muito se dedicou à literatura, adotando o nome arcádico de "Dirceu". Escreveu significativos poemas líricos do arcadismo luso-brasileiro com temas pastoris e de galanteios.

Também nesta época, aos 40 anos, conheceu e se apaixonou por Maria Dorotéia Joaquina de Seixas Brandão, formosa jovem de 18 anos pertencente a uma das principais famílias da então capital mineira e a quem dedicava poesias do mais requintado sabor clássico, atribuindo-lhe o nome arcádico de "Marília".

O inconfidente

Tomás Gonzaga, então a segunda autoridade da Capitania das Minas Gerais, por questões várias, conflitou com o duro e autoritário governador, capitão-general Luís da Cunha Menezes, até ser sucedido pelo Visconde de Barbacena.

Juntamente com outros personagens de classe social abastada (proprietários rurais, intelectuais, juristas, clérigos e militares), entre os quais Cláudio Manuel da Costa, Inácio José de Alvarenga Peixoto e Joaquim José da Silva Xavier, participou da articulação de movimento pró-independência das Minas Gerais e de criação de uma pátria livre, que acabou conhecido como a Inconfidência Mineira.

Promovido ao mais alto cargo de desembargador do Tribunal da Relação da Bahia em 1786, teve a posse adiada, a pedido, na expectativa de contrair matrimônio com a jovem Maria Dorotéia, que, aliás, encontrava resistência da família por ser ele bem mais velho e de poucos recursos. Contudo, em maio de 1789, dado seu envolvimento no movimento libertário mineiro, é acusado de conjuração e metido a ferros, sem maiores formalidades, sendo remetido para o Rio de Janeiro, onde permaneceu preso por três anos. Processado, é condenado juntamente com mais 27 conjurados, em 17 de abril de 1792. Gonzaga recebeu a pena de degredo perpétuo, depois comutada em degredo temporário de 10 anos, sendo enviado à colônia africana de Moçambique. No desterro, acabou nupciando com Juliana de Souza Mascarenhas, de 18 anos, senhora de poucas letras, mas de muita fortuna, com a qual teve dois filhos.

Exerceu os cargos de procurador da Coroa e Fazenda e acumulava as funções com a advocacia, que lhe redeu bons proventos, eis que era praticamente o único advogado habilitado em Moçambique. Foi, mais tarde, elevado ao cargo de juiz da Alfândega, que exerceu até seu falecimento, aos 65 anos, no início de 1810.

O destino da formosa Maria Dorotéia Joaquina de Seixas Brandão, a "Marília", não foi outro senão optar por ficar solteira e suportar por toda sua vida o fiel amor infeliz, em meio às mais dolorosas recordações, falecendo aos 86 anos, em 1853.

Em 1942, por reivindicação do governo brasileiro, os restos mortais de Tomás Gonzaga, como os de outros inconfidentes, foram trasladados da África e da Europa para o Brasil e se encontram dignamente repousados sob lápides no "Panteão dos Heróis da Inconfidência Mineira", no museu do mesmo nome, na histórica Ouro Preto, onde estão a evocar glórias passadas no mais alto culto cívico de nossa nacionalidade.

O poeta

Tomás Antônio Gonzaga é considerado um dos grandes poetas do arcadismo brasileiro e seus versos, fugindo à tendência da época, são marcados por expressão própria, pela harmoni-

zação dos elementos racionais e afetivos e por um toque de sensualidade pouco pronunciado, praticamente ausente, nos outros autores árcades.

Suas principais obras literárias legadas foram “Marília de Dirceu” (coleção de poesias líricas, publicadas em três partes, em 1792, 1799 e 1812; hoje sabe-se que a terceira parte não foi escrita pelo poeta), que perde em número de edições só para “Os Lusíadas”, de Camões; e “Cartas Chilenas” (impressas em conjunto em 1863) “poema satírico em forma de epístolas sobre os atos do governador da Capitania Minas Gerais”.

Sua única obra jurídica foi um “Tratado de Direito Natural”, dividido em três partes, na terceira das quais estão suas formulações sobre o direito natural, que dão origem ao debate teórico acerca da constituição dos direitos humanos. A obra é de grande interesse para historiadores e estudiosos da filosofia e do direito.

Tomás Antônio Gonzaga, por sua valorosa contribuição à literatura e à cultura da língua portuguesa foi imortalizado como patrono da cadeira de número 37 da Academia Brasileira de Letras.

Lançado incomunicável em uma das degradadas e escuras masmorras da fortaleza da Ilha das Cobras, Tomás Gonzaga, mesmo caído em abatimento profundo, obtinha meios de compor líras apaixonadas de estrofes rimadas para a encantadora noiva que deixara na distante Vila Rica. Nas paredes úmidas, utilizando-se de pedaços de carvão, escrevia os versos.

Eis uma dessas líras, evocando a justiça humana:

*“Não fraquejes, Marília, não fraquejes,
A justiceira mão que lança os ferros
Não traz de balde a vingadora espada;
Deve punir os erros.*

*Virtudes de Juiz, virtudes de homem
As mãos se deram; no seu peito moram;
Mandam prender ao réu a austera boca,
Porém seus olhos choram.*

*Se a inocência denigre a vil calúnia,
Que a culpa aquele tem que aplica a pena?
Não é o julgador, é o processo,
É a lei quem nos condena.*

*Só no Averno os Juízes não recebem
Acusações, nem prova de outro humano;
Ali todos confessam suas culpas,
Não pode haver engano.*

*Eu vejo as fúrias afligindo aos tristes,
Chega uma ao fogo e outra às serpes move,
Todos maldizem, sim a sua estrela
Nem um acusa Jove.*

*Eu também inda adoro o grande chefe,
Bem que a prisão me dá que eu não mereço;
Qual eu sou, minha bela, não me trata,
Trata-me qual pareço.*



Ilustração: Iconografia supositiva de Tomás Antônio Gonzaga, na qualidade de magistrado, de autoria de Célio Nunes, com base no livro “Como era Gonzaga?”, de Eduardo Frieiro (1950), encomendada pela Amagis por ocasião das comemorações do bicentenário de sua morte, em 2010.

*Quem suspira, Marília, quando pune,
Ao vassalo que julga delinquente,
Que gosto não terá, podendo dar-lhe
As honras de inocente?*

*Tu vences, Barbacena, os mesmos Titos
Não são virtudes que no peito abrigas.
Não honras tão-somente a quem premia,
Honras a quem castigas.”*

Dr. Tomás Ant.º Gonzaga

NORMAS PARA ENVIO DE ORIGINALS

MagisCultura é uma Revista da Associação dos Magistrados Mineiros (Amagis), destinada à publicação da produção cultural de juízes e desembargadores de Minas Gerais, em exercício ou aposentados.

Serão aceitos para publicação textos de ficção – contos, crônicas, pequenas novelas, poemas – ou de estudos – artigos, ensaios, resenhas – ou, ainda, ilustrações – fotografias, pinturas, reprodução de esculturas.

A seleção dos trabalhos será feita pelo Conselho Editorial (ver nomes no Expediente).

Os textos deverão ser enviados devidamente digitados, pelo endereço eletrônico da Revista (magiscultura@amagis.com.br) e conter o máximo de 10 mil caracteres.

As ilustrações deverão ser enviadas em formato compatível com a publicação e com resolução mínima de 300 dpi.

Os prazos para envio dos trabalhos serão divulgados pelo *site* e demais veículos de comunicação da Amagis.



Ciente de seu papel social, a AMAGIS também se preocupa com a preservação do meio ambiente: esta revista foi impressa em papel reciclado (70% pré-consumo, 30% pós-consumo).



Apoio Cultural

CEMIG

A Melhor Energia do Brasil.

ISSN 1984508-1



9 771984 508004